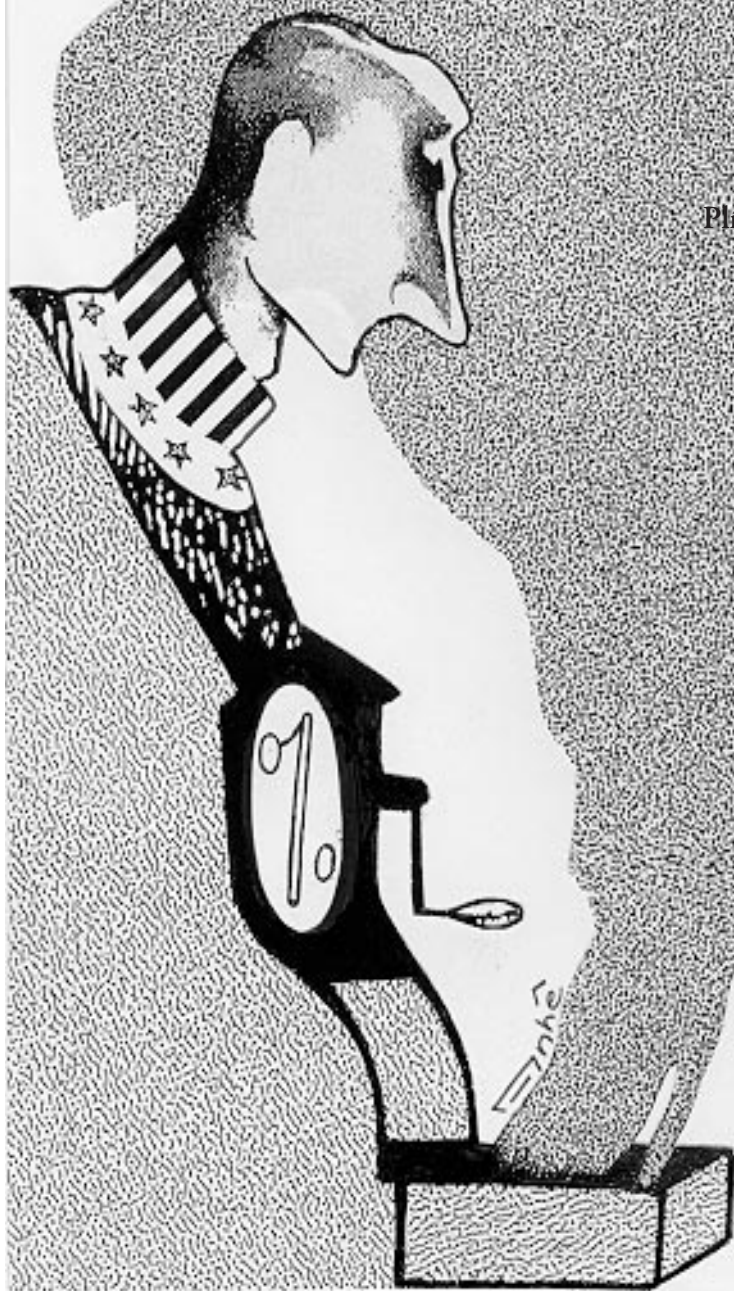


# História, crise e dependência do Brasil

João Pedro Stedile  
Plínio de Arruda Sampaio



Cartilha nº 3

5ª edição - 2003

## EXPEDIENTE

A Cartilha nº 3 “*História, crise e dependência do Brasil*” é uma publicação do Movimento Consulta Popular

*Secretaria Operativa:*

Rua Vicente Prado, 134

01321-020 São Paulo - SP

*Telefax:* (11) 3242-6644

*Correio eletrônico:* [consultapopular@uol.com.br](mailto:consultapopular@uol.com.br)

**Organizador:** Secretaria Operativa da Consulta Popular

**Diagramação:** Nilde Almeida

**Desenho da capa:** Fernando Anhô

## SUMÁRIO

<i>Apresentação</i> .....	3
<i>Capítulo I - Plínio Arruda Sampaio</i>	
<i>Os períodos da história do Brasil</i> .....	5
1. Período colonial: 1500 a 1822.....	6
2. Período da Independência: 1822-1844 .....	11
3. O reinado de dom Pedro II: 1844-1889 .....	13
4. A República Velha: 1889-1930 .....	14
5. A Era Vargas: 1930-1990 .....	16
6. O período atual .....	20
<i>A crise brasileira</i> .....	23
1. A crise do modelo nacional-desenvolvimentista .....	24
2. As razões da crise do nacional-desenvolvimentismo .....	24
3. Como sair da crise .....	34
<i>Capítulo II - João Pedro Stedile</i>	
<i>A dependência do Brasil e a dívida externa</i> .....	37
1. A dívida externa deixou de ser notícia. Por quê seria? .....	39
2. A dívida externa do Brasil não é problema. Será verdade? .....	39
3. O capital estrangeiro é fundamental para o desenvolvimento do Brasil. Será realidade? .....	40
4. Se não enviássemos todo esse dinheiro para o exterior, o que o governo brasileiro poderia fazer? .....	41
5. Qual a saída? .....	41
6. O que fazer? .....	42
• <i>Tabela 1:</i> Dívida externa da América Latina, por país, 1995 .....	44
• <i>Tabela 2:</i> Evolução da dívida externa da América Latina: por país 1980-1995 .....	45
• <i>Tabela 3:</i> Dívida Externa da Brasil em US\$ milhões .....	47
• <i>Tabela 4:</i> Evolução da Dívida Externa no governo FHC .....	51
• <i>Tabela 5:</i> Presença e peso das empresas com capital estrangeiro no Brasil .....	52
<i>Tabela 6:</i> Evolução da poupança nacional .....	53
<i>Capítulo III - atualização da DE</i>	
<i>Capítulo IV - A crise do modelo FHC</i> .....	55
<i>Capítulo V - Agressões militares dos Estados Unidos contra os povos da América Latina</i> .....	67



## APRESENTAÇÃO

Nascemos colônia. Nascemos como “não-nação”. Nosso sentido, enquanto Consulta Popular, está em construir um **Projeto Popular para o Brasil** que possibilite transformarmos a “não-nação” em uma Nação. O desenvolvimento da luta exige conhecimento do país, de modo científico. Só venceremos a luta contra a colonização, a dependência, se conhecermos nossa sociedade e nosso terreno melhor que ninguém.

Para auxiliar neste estudo sobre a “não-nação” e sua dependência, é que elaboramos esta *Cartilha nº 3: “História, Crise e Dependência do Brasil”*. São apresentadas os principais elementos para iniciar um profundo estudo da realidade brasileira. É resultado do que acumulamos até o presente, na árdua luta para construirmos um país soberano, socialista.

Incluimos nessa edição revisada um texto de análise do período da política neoliberal, do economista Delfim Neto, que por si só é revelador, do seu desastre para nossa economia.

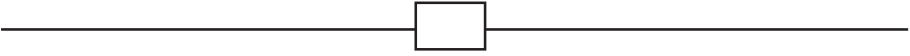
Que esta Cartilha possibilite a todos e todas a contribuir na elaboração do Projeto Popular e na formação da consciência social e política do povo brasileiro. Com ela queremos educar nosso povo e multiplicar suas formas organizativas de lutas.

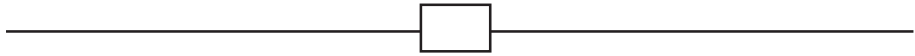
Como lutadores do povo e estudiosos que somos e seremos, devemos seguir a orientação do líder moçambicano, *Samora Machel*:

***“aquele que estudou, deve acender o fósforo que vem acender a chama que é o povo”.***

São Paulo, outubro de 2003

Secretaria Operativa  
Movimento da Consulta Popular





CAPÍTULO I  
OS PERÍODOS DA HISTÓRIA DO  
BRASIL

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO

Para facilitar o conhecimento da história, costuma-se dividi-la em períodos. Cada período histórico corresponde a um certo número de anos em que determinadas forças sociais e políticas exerceram o poder e impuseram seus objetivos à ação do estado, à economia, condicionando, deste modo, toda a vida da população.

A sucessão de períodos históricos permite ver os traços estruturais mais importantes da sociedade e identificar as suas contradições. Este conhecimento é imprescindível para entender o que está acontecendo no presente.

Não há um critério único para dividir a história em períodos. Isto depende muito daquilo que o historiador quer observar e narrar.

Neste pequeno texto, a História do Brasil foi dividida em seis períodos, a fim de mostrar o que mudou e o que não mudou nestes cinco séculos.

Acreditamos que esta abordagem ajudará a esclarecer aquilo que precisa ser mudado na nossa realidade para que a história brasileira siga por rumos de justiça e democracia.

## **1. Período colonial (1500 a 1822)**

O período colonial durou trezentos anos, sendo o mais longo da nossa história. Esse tempo é muito importante para a compreender do Brasil de hoje, porque a permanência de certos comportamentos, atitudes, condicionamentos durante anos e anos, fez com que eles tenham se integrado profundamente na maneira de pensar e de agir das pessoas. Muitos comportamentos e atitudes observados na sociedade brasileira atual reproduzem comportamentos e atitudes herdados do período colonial.

### **1.1. A conquista da terra**

A conquista do território brasileiro abrange todo o século XVI e começo do século XVII : da descoberta à implantação da exploração canavieira no nordeste do país.

Durante todo esse longo tempo, o poder foi exercido pelos funcionários do governo português, designados pela Coroa, para administrar a colônia. Mas eles não o exerciam sozinhos: os portugueses que haviam recebido enormes doações de terras (capitanias hereditárias e sesmarias) e os mestiços que dominavam nos núcleos de colonização, isolados na imensidão do território tinham também um grande poder em seus domínios (a propriedade rural e as vilas e cidades do interior).

O objetivo dessas classes dominantes era encontrar ouro. Nessa época (século XVI), o capitalismo mercantil nascente precisava muito dos metais preciosos para estabelecer moedas que favorecessem o mercado internacional.

Para procurar ouro, foram feitas várias incursões pelo interior do território desconhecido (chamadas entradas e bandeiras), desobedecendo o Tratado de Tordesilhas. Este Tratado, firmado em 1494, estabelecia que as terras descobertas ou a serem descobertas por Portugal e Espanha na América seriam divididas por um meridiano traçado a oeste das Ilhas de Cabo Verde. As que se situassem além de 370 léguas desse meridiano pertenceriam à Espanha e as que estivessem aquém dela, a Portugal. Se essa fronteira tivesse prevalecido, o território brasileiro seria menos de 1/3 do atual.

Para buscar ouro e estender as fronteiras da colônia, os colonizadores precisavam construir vilas, aldeamentos e fortificações, fazer cultivos de subsistência, realizar expedições pelo interior das florestas. Tudo isto exigia trabalho. Para conseguir quem realizasse esse trabalho, começaram a escravizar os indígenas.

Desse modo, a sociedade brasileira nasceu sob o signo do abismo social: de um lado, portugueses, que formavam a classe dos senhores; de outro, os índios escravizados ou reduzidos à submissão.

Os senhores casavam entre os de sua categoria e acasalavam-se com as índias escravas, dando origem aos mestiços. Parte destes integrava-se no campo dos senhores, formando os que os genealogistas chamam de “velhos troncos” brasileiros, de onde saíram os bandeirantes e os latifundiários. Parte misturou-se com os índios e posteriormente com os escravos negros, formando a constelação de cafusos, curibocas e mulatos que constituem a base étnica da população brasileira.

Tudo o que acontecia aqui na colônia, dependia da metrópole (autorização para explorar minas, para montar bandeiras, para criar uma vila, conceder sesmarias). Mas a vastidão do país criava situações de grande isolamento, que davam poder para os grupos dominantes locais, formados pelos descendentes de portugueses e pelos mestiços que conseguiam integrar o círculo dos poderosos.

## Conclusão

Os cem primeiros anos da nossa história foram marcados pela fratura social e pela dependência direta da metrópole portuguesa. Os aspectos mais importantes deste longo período foram:

a) a formação de uma vastíssima unidade territorial submetida a um poder central nomeado pela Coroa portuguesa;

b) a submissão dos povos indígenas que habitavam o litoral, alguns dos quais foram exterminados, enquanto outros tiveram de se deslocar para as regiões longínquas do interior;

c) a formação de uma sociedade fortemente influenciada pela cultura européia e marcada pela rígida divisão entre senhores e escravos.

## 1.2. O pacto colonial

O ouro, tão procurado, só foi descoberto (em quantidades apreciáveis) no fim do século XVII, de modo que durante todo o século XVI o Brasil foi uma colônia de importância secundária para a Coroa portuguesa. Mas, no final desse século e princípios do século XVII, o açúcar tornou-se uma mercadoria de grande importância no mercado internacional. O Brasil, especialmente a região nordeste, reunia condições muito favoráveis para o estabelecimento de uma grande exploração açucareira. Isto determinou um novo tipo de relacionamento entre a metrópole e a colônia.

Os historiadores costumam chamar de “pacto colonial” as relações que foram se estabelecendo entre Portugal e a Colônia, durante o período de implantação e expansão da produção de açúcar.

Pode-se entender o pacto colonial como uma espécie de divisão de funções e de poderes:

a) a produção de açúcar foi entregue às famílias que se haviam estabelecido na terra durante o século anterior;

b) a metrópole tinha a função de comercializar o açúcar nos mercados internacionais;

c) o financiamento era proporcionado por capitais estrangeiros, principalmente holandeses.

Por volta de 1600, as famílias dos primeiros colonizadores, em sua maioria de origem portuguesa, já estavam todas fortemente mestiçadas e aculturadas na sociedade colonial. O pacto colonial assegurava a elas o monopólio da terra e o exercício do poder local. O dono do engenho era o senhor absoluto da sua família, dos agregados, dos trabalhadores livres do engenho e dos seus escravos. O conjunto

de senhores de engenho de uma região tinha grande autonomia para administrá-la, comandando a repressão e a administração da justiça.

A metrópole controlava rigidamente os investimentos, as exportações e as importações, a ocupação do território, a distribuição da terra. Para isso, mantinha uma administração geral e forças militares capazes de impor seu domínio nos casos de conflito.

No século XVI, Portugal deixou de ser a potência que havia sido no século XV, de modo que os recursos para investimento, transporte e comercialização passaram a vir dos capitais holandeses e ingleses. Era grande a dependência da economia açucareira dos centros externos, pois além dos impostos que eram pagos à coroa portuguesa, o preço do açúcar dependia de mercados que nem os produtores coloniais nem a metrópole controlavam.

A mão-de-obra, no começo do século XVII, era insuficiente para realizar a produção. A solução encontrada foi importar mão-de-obra escrava da África. Os escravos negros vieram substituir os escravos índios, reforçando a divisão da sociedade brasileira. Gilberto Freyre descreveu a sociedade colonial em termos de dois mundos: o da casa grande e o da senzala.

O êxito da exploração canavieira foi tão grande que despertou a cobiça das nações que surgiam como potências capitalistas, no começo do século XVII: a Holanda e a Inglaterra. Em 1630, a Holanda invadiu Pernambuco e estabeleceu, naquela região, um governo holandês que durou 25 anos. Os holandeses foram expulsos em 1654 por forças que contaram com o apoio de “guerrilhas”, organizadas e comandadas por colonos brasileiros.

Expulsos de Pernambuco, os holandeses estabeleceram plantações de cana em suas possessões do Caribe. O mesmo fizeram os ingleses, nas colônias que tinham na mesma região. A concorrência dessas plantações novas, montadas com a tecnologia aprendida em Pernambuco, causou uma enorme crise na produção brasileira de açúcar e marcou o começo da sua decadência.

### **A decadência do pacto colonial**

No final do século XVIII, quando a crise da economia açucareira estava no seu auge, os bandeirantes paulistas descobriram grandes jazidas de ouro em Minas Gerais. A descoberta provocou o ressurgimento da colônia e o deslocamento do seu centro econômico e político para Ouro Preto e Rio de Janeiro.

Para a exploração das minas de ouro foi também utilizado o trabalho do escravo africano. Os escravos foram importados através do tráfico negreiro (nesse tempo dominado pela Inglaterra) ou comprados nos engenhos decadentes do nordeste. Portanto, a estrutura social não mudou. A casa grande e a senzala continuaram na forma de sobrados e mocambos, como retratou Gilberto Freyre.

A divisão das funções entre a Colônia, Portugal e os financiadores estrangeiros também não se alterou: a extração do ouro ficou a cargo das classes dominantes coloniais; a fundição e comércio, em poder da Coroa; e o financiamento da produção, com os capitais estrangeiros.

A riqueza do ouro durou pouco. No final do século, as minas começaram a se esgotar. Para compensar a queda da produção, a Coroa aumentou os impostos, provocando a resistência dos mineradores. Daí surgiu a primeira tentativa de independência da colônia: a revolta liderada por Tiradentes, em Minas Gerais, 1779.

A decadência da economia açucareira e da mineração corroeram o pacto colonial. O domínio de Portugal passou a pesar na economia da colônia sem nenhuma vantagem para as classes dominantes desta.

À medida em que o capitalismo industrial crescia e substituía o capitalismo mercantilista, Portugal perdia importância econômica, naval e política no mundo. Em 1703, a Coroa portuguesa firmou um tratado econômico com a Inglaterra (o Tratado de Methuen) que transformava a economia de Portugal em um mero apêndice da economia inglesa. No começo do século XIX, os ingleses começaram a pressionar pela abertura dos portos das colônias portuguesas, a fim de mandar livremente os produtos de sua indústria para o Brasil. Com isso, Portugal transformou-se em um intermediário inútil e caro para as classes dominantes da colônia. Começou a crescer então o movimento pela independência do Brasil.

## Conclusão

*Qual a herança desse longuíssimo período de trezentos anos de história?*

As duas contradições que irão acompanhar toda a história posterior do país — a fratura social e a dependência do exterior — surgiram no período colonial. Ambas foram causa de conflitos importantes entre as classes dominantes da Colônia e o governo português e entre a massa da população e as classes dominantes. Estes

conflitos explodiram praticamente durante os trezentos anos da época colonial. Mas, até há muito pouco tempo atrás, quase não eram conhecidos ou eram relatados

A segunda conclusão é a de que formou-se uma sociedade nova, dotada de um território vastíssimo e cuja população foi governada, durante séculos, por uma única legislação e por um único poder político central. Essa sociedade construiu um espaço econômico integrado no sistema internacional capitalista como uma unidade de exportação de produtos primários para o mercado mundial.

A economia baseou-se em uma estrutura fundiária extremamente concentrada, dando origem ao sistema do latifúndio.

A produção agrícola baseou-se no trabalho escravo.

E essa nova economia tornou-se inteiramente dependente do exterior.

## 2. O período da Independência (1822-1844)

Embora a independência tenha sido proclamada em 1822, ela foi gestada anos antes e foi preciso algum tempo para se consolidar.

Em 1808, ao chegar ao Brasil, dom João VI, rei de Portugal, foi pressionado pela Inglaterra, para abrir os portos brasileiros aos navios de todos os países amigos de Portugal. A medida, decretada nesse mesmo ano, foi muito apoiada porque interessava também às classes dominantes da colônia, uma vez que eliminava um forte entrave à integração da economia brasileira no comércio internacional.

De 1808 a 1822 aumentou entre os senhores de terra brasileiros, que formavam as oligarquias de poder das províncias, o desejo de tornar o Brasil independente, o que se chocava com os interesses dos portugueses que rodeavam dom João VI. O embate entre a facção nacional e a facção portuguesa desenvolveu-se nas províncias e na Corte de dom João VI. Embora tenha havido mobilização de povo em alguns lugares e conflitos armados de certo porte em outros, o processo desenvolveu-se principalmente na esfera das classes dominantes por meio de lutas políticas e manobras palacianas.

Várias figuras destacaram-se na liderança dessas lutas, cabendo assinalar, entre elas, a de José Bonifácio de Andrada e Silva, que merece, sem dúvida, o título de “patriarca da Independência”. Ele foi o centro das articulações, pressões e manobras do grupo das oligarquias brasileiras que levaram o príncipe dom. Pedro a proclamar a

independência no dia 7 de setembro de 1822.

Surgiram então, imediatamente, dois conflitos: o conflito entre o novo Imperador e a classe dominante brasileira, e o conflito entre as oligarquias regionais e o poder central.

Dom Pedro I era um monarca criado no mundo da monarquia absoluta e os ventos políticos que conduziram à independência do Brasil eram os da monarquia constitucional — um regime político que restringia o poder do monarca e o entregava às classes dominantes.

Logo após a independência, as classes dominantes dividiram-se entre os “liberais”, que queriam uma monarquia constitucional, e os “conservadores”, que queriam que dom Pedro I reinasse como um rei absoluto.

O confronto entre dom Pedro I e as classes dominantes brasileiras terminou com a renúncia do Imperador em favor de seu filho dom Pedro II, no dia 7 de abril de 1831. Como o novo imperador tinha apenas seis anos de idade, foi necessário dar-lhe um tutor. O primeiro tutor nomeado foi José Bonifácio de Andrade e Silva. Para governar em nome do Imperador, o conjunto dos deputados nomeou Regentes.

Durante a Regência, os interesses locais se manifestaram intensamente. As províncias queriam ser independentes e recusavam-se a obedecer as ordens do regente, que representava o poder central. De 1835 a 1844, houve rebeliões armadas em Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Maranhão, Pará e Rio Grande do Sul. Destas, a mais séria e que mais tempo durou (1835-1844) foi a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul.

Todas as rebeliões foram derrotadas pelos exércitos do poder central, de modo que, na metade do século, não havia mais risco de quebra da unidade nacional. Mas, as oligarquias regionais demonstraram ter muita força, conseguindo assegurar para si próprias uma grande margem de poder. Após a derrota dos revoltosos, as punições eram suavizadas e os revoltosos, depois de algum tempo, eram reintegrados plenamente no jogo político. Este comportamento de acomodação, tornou-se o padrão habitual de solução de conflitos surgidos entre as facções das classes dominantes. Nas revoltas populares, entretanto, não houve conciliação alguma, tendo o poder central, sempre exterminado os revoltosos.

## Conclusão

O exame do período da independência mostra que a mudança política não alterou substancialmente os traços estruturais herdados da colônia: a fratura social e a dependência externa.

José Bonifácio quis abolir a escravidão e realizar uma reforma agrária mas suas propostas foram rechaçadas praticamente sem discussão. De modo que a vida das classes dominadas não se alterou muito com a Independência. Elas continuaram sendo exploradas economicamente e submetidas ao poder dos senhores da terra e dos poderosos das cidades. O país tornou-se uma nação independente mas a independência política não significou o fim da dependência econômica, pois a Inglaterra dominava inteiramente a economia brasileira.

### 3. O reinado de dom Pedro II (1844-1889)

Durante o longo reinado de dom Pedro II, o poder ficou, de fato, com os senhores de terras. As oligarquias (ou seja, o governo de poucos) regionais, formadas pelos grandes latifundiários, dominavam suas respectivas regiões e partilhavam o poder central. O poder do imperador se sustentava neles.

Nesse período, o café tornou-se a maior fonte de renda do país. Os fazendeiros de café de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, como donos dessa riqueza, aumentaram muito sua influência no poder central.

A escravidão manteve-se durante todo o período, apesar das pressões pela Abolição. Depois de ter sido a nação que mais se enriqueceu com o tráfico negreiro, a Inglaterra tornou-se a campeã do abolicionismo. Isso porque, com o desenvolvimento do capitalismo, a permanência do trabalho escravo era prejudicial ao comércio inglês.

A propriedade da terra continuou tão concentrada como antes, de modo que a estrutura social rigidamente dividida entre senhores e escravos não sofreu qualquer modificação.

O mesmo se deu com a dependência econômica. Capitais ingleses, mercadorias inglesas, tecnologia inglesa dominavam nossa produção e nosso comércio.

No quarto final do século XIX, as pressões pela abolição da escravatura aumentaram fortemente, tanto pelo lado dos próprios escravos — que aumentaram o movimento pela fuga das fazendas — como de setores abolicionistas das classes dominantes, influenciados

pelas idéias de liberdade então em moda na Europa. A campanha abolicionista foi a primeira campanha cívica do país.

Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou o decreto da abolição (dom Pedro II estava na Europa). Essa medida contribuiu para o enfraquecimento do poder do imperador, pois descontentou a maioria dos proprietários rurais. Além disso, a monarquia já vinha sofrendo dois outros desgastes importantes: o descontentamento e o gasto com a Guerra do Paraguai e o crescimento da propaganda republicana entre os militares, intelectuais e fazendeiros de café das regiões mais prósperas e capitalistas do país.

A abolição da escravatura, sem a realização simultânea de uma reforma agrária, não alterou muito a situação dos escravos libertos. Sem outra alternativa de trabalho, eles tiveram de continuar presos à terra e submissos à oligarquia rural.

#### 4. A República Velha (1889-1930)

Com o enfraquecimento do imperador, os militares deram um golpe e proclamaram a República. O imperador deixou o país para o exílio.

A República Velha, que também é chamada de República Oligárquica, cobre o período que vai da proclamação da República até a Revolução de 1930.

A extraordinária rentabilidade da exploração cafeeira, a partir dos anos finais do século XIX, permitiu expandir bastante a economia do país. Grandes fortunas, formadas pelo café, promoveram um começo de industrialização. Para atender às necessidades de mão-de-obra da agricultura e até mesmo da indústria nascente, o país recorreu à imigração europeia.

A economia do café provocou pois a expansão e diversificação da população, o crescimento das cidades e o surgimento de uma classe média urbana, pequena, porém bastante ativa no processo político.

Enquanto a produção cafeeira expandiu-se e manteve uma alta rentabilidade, os novos donos do poder — os fazendeiros de café e os comerciantes a eles associados — conseguiram manter as oligarquias rurais dos estados não cafeeiros sob seu comando, proporcionando ainda às classes médias emergentes os benefícios da educação e de padrões de consumo superiores aos do restante da população. Dizia-se na época que “o café dava para tudo”.

Mas, as classes dirigentes foram incapazes de controlar a expansão da produção. No começo do século XX, aconteceram as primeiras crises de superprodução e a necessidade de repartir com o conjunto da população os prejuízos decorrentes da queda de preços. Desde então, a classe dos fazendeiros de café começou a perder poder para as oligarquias dos outros estados, para os ricos industriais e comerciantes das cidades e para as classes médias.

Este processo desenvolveu-se durante toda a década de 1920 e foi marcado por revoltas militares (1922, os “18 do Forte de Copacabana”, 1924, a revolta comandada por Miguel Costa; 1926, o início da coluna Prestes; 1930, a Revolução) que expressavam a insatisfação das oligarquias regionais e a luta das classes médias para romper o domínio da oligarquia.

Com esta revolução terminou a hegemonia dos fazendeiros de café na economia e na política. Mas os derrotados conservaram tanta força que foram capazes de enfrentar militarmente o novo poder, em 1932, na Revolução Constitucionalista de São Paulo.

## Conclusão

Do ponto de vista da rígida divisão da sociedade em verdadeiras castas, a jovem República, desde o seu início, apressou-se a deixar claro que nada havia mudado. A brutal repressão a Canudos (1894) foi exemplar. Repetiu-se no Contestado (1915) e em dezenas de episódios de menor repercussão, porém não menos violentos, durante os quarenta anos de dominação oligárquica. A repressão às primeiras manifestações e greves operárias e portuárias foram também muito duras, embora não tão sangrentas.

O padrão conciliatório estabelecido no período da Regência, vigorou plenamente entre as classes dominantes: passado o momento da disputa, ministros do Império, acabaram ministros da República; militares revoltosos foram anistiados. Mas qualquer tentativa de pressão das classes populares era reprimida imediatamente e com violência.

Apesar disso, o avanço popular foi grande no período da República Velha, especialmente nas décadas de 1910 e 1920. Datam desse período, os primeiros sindicatos (quase todos controlados pelos anarco-sindicalistas) e a formação do Partido Comunista.

Do ponto de vista da dependência econômica, também não houve alteração substancial. O progresso do país exigiu a expansão

dos serviços públicos (transporte ferroviário, energia elétrica, comunicações). Tudo isto foi entregue a capitais estrangeiros, que passaram a comandar o ritmo do desenvolvimento econômico do país. Isto não se deu sem luta. Essa luta tem sido descrita por alguns historiadores em monografias importantes, mas também é uma história que ainda não chegou ao conhecimento do grande público. Episódios como os de Delmiro Gouveia, no Nordeste, dos fazendeiros do Vale do Paraíba, que lutaram para construir uma estrada de ferro que os libertasse do controle dos ingleses da São Paulo Railway e da Companhia Docas de Santos, assim como dezenas de outras disputas entre empresários brasileiros e capitais estrangeiros ainda estão por ser contadas.

### 5. A Era Vargas (1930-1990)

Chama-se Era Vargas o período que vai de 1930 a 1990, porque a figura do caudilho gaúcho foi a referência mais importante até muito depois da sua morte e porque as instituições e leis que ele criou moldaram o país e permaneceram vigentes até o final do período.

Os anos de 1930 a 1937 foram marcados pelo impacto da crise mundial do capitalismo e por grande instabilidade política.

Em 1930, Getúlio comandou um levante armado contra o Presidente Washington Luiz e tomou o poder. De 1930 a 1932, não passava um dia sem um episódio de contestação, uma insubordinação, um manifesto exaltado, uma destituição de autoridade importante.

Em 1932, os fazendeiros paulistas levantaram-se em armas, exigindo uma Constituição, sendo derrotados depois de uma luta sangrenta. Mas, em 1934, a nova Constituição foi aprovada e Getúlio foi eleito presidente constitucional pelo Congresso Nacional; em 1935, os comunistas, liderados por Luis Carlos Prestes, fizeram uma tentativa armada de tomar o poder. Em 1937, foi a vez dos facistas tentarem se apoderar do governo pela força das armas. Ambas fracassaram. Nesse mesmo ano, Getúlio fechou o Congresso, ditou uma nova Constituição e passou a governar ditatorialmente.

De 1937 a 1945, Getúlio ditou as leis básicas e implantou as políticas econômicas que encerraram o ciclo do “desenvolvimento econômico para fora” (vigente durante todo o Império e a República Velha) e iniciaram o ciclo de “desenvolvimento para dentro”, baseado na industrialização e na produção para o mercado interno.

Nesses quinze anos, a economia brasileira — que, desde a colônia até 1930, era uma economia primário-exportadora — caminhou para se tornar uma economia industrial. O grande promotor dessa mudança foi o Estado brasileiro. O isolamento do país, decorrente da crise do capitalismo mundial e da Segunda Guerra Mundial, facilitou isso pois as importações tornaram-se muito difíceis. Isto estimulou a substituição de produtos importados por produtos produzidos internamente. Para a mudança, também contribuiu o enfraquecimento dos fazendeiros de café, pois isto significou o fortalecimento de setores de classes médias (militares, burocracia civil, estudantes) comprometidos com uma visão nacionalista do desenvolvimento brasileiro.

A primeira fase da industrialização promovida por Vargas foi marcada pela associação entre o capital do Estado e capitais privados nacionais. A partir de 1955, no entanto — depois da morte de Vargas — houve uma verdadeira invasão de capital estrangeiro, provocando uma grande desnacionalização da nossa indústria. Isto não se fez sem muita disputa.

Com a entrada massiva do capital estrangeiro, a industrialização deu um salto a um patamar superior. Logo, porém, as condições de acumular capital nesse novo patamar reduziram-se, sendo necessário dar outro passo. A natureza desse novo passo constitui a essência da disputa entre as forças nacionalistas e populares, de um lado, e as forças antinacionais e reacionárias, de outro, no começo da década de 1960.

Havia dois caminhos para completar a industrialização: entregar ao Estado brasileiro o comando do processo ou entregá-lo ao capital transnacional. No primeiro caso seria preciso realizar reformas redistributivas, a fim de assegurar base para o mercado interno, e reformas no sistema de financiamento da economia, a fim de assegurar recursos para a montagem dos setores industriais que ainda faltavam. Entre as reformas redistributivistas ganharam destaque a reforma agrária e a reforma urbana; entre as reformas financeiras, a reforma bancária e a reforma tributária.

A disputa terminou com o golpe militar de 1964 e a vitória das forças antinacionais e reacionárias. Daí por diante, as transnacionais e seus prepostos brasileiros comandaram o desenvolvimento do país.

De 1955 a 1980, a capacidade produtiva da nossa economia aumentou enormemente, com base na associação entre o Estado, o

capital estrangeiro e o capital nacional. Este, contudo, foi tendo cada vez menos peso no processo. Um a um, todos os produtos que antes eram importados, passaram a ser produzidos no Brasil, gerando em todos a ilusão de que o nosso país havia superado a barreira do subdesenvolvimento. Mas o “pé de barro” desse modelo não tardou a se mostrar: de um lado, o capital estrangeiro tornou-se, de fato, o motor do desenvolvimento; de outro, toda a produção brasileira baseava-se na cópia de tecnologia estrangeira. Desse modo, o velho problema da dependência econômica do Brasil apenas mudou de forma. O mesmo aconteceu com o problema da fratura social.

Ao tomar o poder, Getúlio exilou alguns caciques do antigo regime, e após a revolução de 1932, alguns dos chefes rebeldes. Mas, em 1934 estavam todos de volta, nos termos da tradicional conciliação das classes dirigentes. O mesmo tratamento, contudo, não foi dado aos que se opunham de fora do círculo do poder. Logo nos primeiros dias de seu governo, Vargas expulsou do país umas dezenas de líderes sindicais anarco-sindicalistas espanhóis. As propostas de realização de uma reforma agrária, levantada por alguns dos “tenentes”, como era conhecido o grupo de militares que liderou o levante de 1930, foram logo arquivadas. Em 1935, aproveitando o fracassado intento de levante comunista, Vargas desencadeou uma fortíssima repressão contra os integrantes do PCB. Mas, ao mesmo tempo em que reprimia, ele foi hábil em consolidar as leis trabalhistas e criar um sindicalismo “pelego”, ligado ao Ministério do Trabalho.

Ao manter a população do campo à margem do desenvolvimento, o regime só deu a ela uma chance: emigrar para a cidade. Ela o fez, de modo massivo, inchando as cidades e transpondo para elas a miséria característica da zona rural.

Sem resolver os problemas da dependência externa e da fratura social, a nova etapa do desenvolvimento não podia ir muito longe, como de fato, não foi.

Em meados da década de 1970, o modelo econômico adotado pelos países desenvolvidos — o Estado de bem estar social — entrou em crise, minado pela soma de uma série de fatores, como o crescimento extraordinário do poder das transnacionais, a incapacidade de frear o déficit fiscal crescente, o amadurecimento de uma revolução tecnológica que reduziu o poder de barganha da classe trabalhadora, a desintegração do regime soviético, a crise energética.

Diante das perspectivas sombrias que se desenhavam para a economia brasileira, o governo Geisel decidiu “fugir para a frente”, ou seja, endividar-se no exterior e completar a montagem do parque industrial brasileiro. O resultado foi a enorme dívida que provocou a exclusão do Brasil do mercado financeiro mundial durante toda a década de 1980.

A conseqüência do impasse econômico na esfera política foi a total desorientação das classes dirigentes. Os militares decidiram voltar para os quartéis, a fim de não sofrer o desgaste da quebra das expectativas, que haviam levantado com a propaganda do “Brasil Potência”, com a qual haviam iludido o povo durante todo seu governo. A abertura “lenta, gradual e segura” foi iniciada no governo Geisel e terminou no governo Figueredo.

As classes dirigentes dividiram-se, sem que nenhum dos lados soubesse bem o que fazer. Uns grupos insistiram em tentar uma saída que preservasse a autonomia nacional. Outros grupos propugnaram pela fórmula entreguista do neoliberalismo.

Enquanto as classes dirigentes se debatiam sem saber muito o que fazer, as classes populares cresceram. O processo desse crescimento havia começado bem antes, durante a dura resistência à ditadura militar. Mas o enfraquecimento das classes dirigentes facilitou esse avanço. Durante a década de 1980, as Comunidades Eclesias de Base (CEBs), tiveram um grande impulso; surgiram a CUT, o MST e o PT. Em 1989, essas forças quase venceram as eleições presidenciais com um candidato, pela primeira vez na história do país, nem integrante nem comprometido com as classes dominantes.

O susto com a possibilidade de vitória do Lula “acordou” as classes dirigentes. No segundo turno das eleições de 1989, elas renunciaram de vez a qualquer veleidade de um desenvolvimento nacional autônomo, dispuseram-se a aceitar todas as condições que as transnacionais colocassem para reintegrar o país na comunidade financeira internacional e entregaram a liderança a uma figura marginal — Fernando Collor —, que era o único com possibilidades de evitar a vitória das forças populares. Com isso, venceram as eleições.

Collor cumpriu as promessas feitas aos centros do capitalismo mundial pelos seus tutores políticos, entre os quais o poderoso grupo cuja feição pública é a Rede Globo: escancarou irresponsavelmente o mercado brasileiro aos produtos e capitais estrangeiros e iniciou o

desmantelamento da administração pública, especialmente dos mecanismos de planejamento e controle da economia.

Mas, incompetente e despreparado, foi com demasiada sede ao pote e teve que ser retirado da cena pelas mesmas forças que o colocaram nela. É certo que montaram um espetáculo de televisão para fazê-lo, mas nenhuma ilusão deve haver a respeito das forças que realmente decidiram o “impeachment” do presidente.

## Conclusão

O que mudou nos sessenta anos da Era Vargas? Tudo. Menos duas coisas: a fratura social e a dependência. Por causa de ambas, o regime surgiu em 1930 e naufragou no final da década de 1980.

## 6. O período atual

Pode-se afirmar que o período atual iniciou-se em 1990, quando Collor tomou as primeiras medidas para escancarar o mercado brasileiro aos produtos e aos capitais estrangeiros, e para desmontar o estado brasileiro.

Em 1995, ao tomar posse, FHC declarou-se disposto a continuar na mesma trilha. Em sua primeira apresentação à imprensa, declarou que seu governo se encarregaria de pôr fim à Era Vargas e inaugurar um novo ciclo na história brasileira. Os adeptos do governo chamam este novo ciclo de “modernização” do país. Na verdade, trata-se de enquadrar a economia e o estado brasileiros dentro do modelo traçado pelos organismos internacionais que monitoram os interesses dos países desenvolvidos têm na periferia do sistema capitalista internacional.

A composição do bloco que detém atualmente o poder não é substancialmente diferente do bloco que sustentava o Estado da Era Vargas. Nos dois casos, esse bloco consiste em uma coalizão de classes proprietárias: o capital internacional aplicado no Brasil, o empresariado nacional, os grandes proprietários de terras. Mas as facções que detinham hegemonia do bloco, na Era Vargas, cederam poder para facções que descartam o modelo nacional-desenvolvimentismo e propugnam por um modelo de modernização, baseado no predomínio das regras de mercado, na redução do Estado, na entrada massiva de capitais estrangeiros na nossa economia.

Para o grupo atualmente dominante, o que importa é modernizar rapidamente a nossa economia, a fim de garantir o acesso

das classes dirigentes ao consumo de última geração, de modo que elas possam copiar os estilos e os hábitos de consumo dos países desenvolvidos. Esse processo de modernização da nossa economia, como depende da tecnologia e do financiamento de grupos econômicos do exterior, tem um custo político e social bastante elevado: por um lado, implica no aumento da dependência externa, e por outro, no aprofundamento da fratura social.

Os velhos problemas do Brasil aí estão, à espera de que o povo assuma o comando da nação, para poder resolvê-los.



# A CRISE BRASILEIRA

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

O livro “A Opção Brasileira” faz uma longa análise da crise brasileira e da forma de solucioná-la. O presente texto apresenta uma breve síntese dessa reflexão, a fim de fornecer alguns elementos básicos para uma discussão do assunto nos grupos que estão se formando pelo país afora, para iniciar o trabalho de formulação de um Projeto para o Brasil. Espera-se que este resumo introdutório ajude a leitura da análise mais completa.

### **1. A crise do modelo nacional-desenvolvimentista**

Crise quer dizer transição: uma determinada situação não se sustenta mais e uma nova situação — pior ou melhor que a anterior — está sendo gestada. Tudo vai depender do que acontecer durante o período da crise.

Quando se diz que há uma crise brasileira, afirma-se, portanto, que o país se encontra em uma situação insustentável e que, neste momento, gesta-se uma nova situação.

Qual a situação que se tornou insustentável? O modelo de desenvolvimento que durou da década de 1930 à de 1980 e o Estado nacional-desenvolvimentista, que impulsionou esse modelo.

Portanto, duas mudanças relacionadas entre si, estão acontecendo aceleradamente: a substituição do modelo de desenvolvimento nacional-desenvolvimentista por um novo modelo, e a substituição do Estado nacional-desenvolvimentista por um novo tipo de Estado.

### **2. As razões da crise do nacional-desenvolvimentismo**

Por que o modelo de desenvolvimento nacional-desenvolvimentista tornou-se insustentável? Porque ele não conseguiu solucionar uma série de contradições internas que o debilitavam e foi surpreendido, já em situação difícil, por uma brusca “virada” da história.

#### **2.1. As contradições básicas**

Desde seu nascedouro, na década de 1930, o modelo nacional-desenvolvimentista defrontou-se com duas contradições estruturais que acompanham a história brasileira desde o período colonial: o abismo social e a dependência econômica do exterior.

Começamos pelo abismo social. A sociedade brasileira, desde

sua origem, dividiu-se em dois segmentos bem separados: senhores e escravos. O fim da escravidão não significou o fim dessa separação. Ela continuou em termos de: classes dominantes e dominadas, elites e massa, ricos e pobres.

No período nacional-desenvolvimentista houve algum avanço para reduzir o abismo social que separa os brasileiros situados em um ou outro pólo dessa estrutura. O governo que surgiu da Revolução de 1930, estimulou a industrialização do país. A economia que era predominantemente agrícola e a sociedade, predominantemente rural, passaram em poucas décadas a ser industrial e urbana. Junto com isso, houve um processo importante de incorporação da massa popular no consumo de bens e serviços “modernos” e na participação política.

Contudo, as forças que estimularam esse processo de incorporação de massas populares nas estruturas econômicas e políticas da nação não tiveram forças para vencer as resistências dos que se opunham a essas mudanças. Embora se falasse em reforma agrária desde antes de 1930, as tentativas de executá-la foram todas bloqueadas. Na falta de uma reforma agrária, a industrialização só fez aumentar a pobreza no campo, sem resolver o problema da pobreza na cidade.

Acossada pela pobreza, a população rural emigrou massivamente para a cidade. A presença de enormes contingentes humanos “acampados” na periferia das cidades teve o efeito de deprimir os salários dos operários. Tudo isso contribuiu para aumentar o fosso que sempre existiu entre as classes ricas e as classes populares.

Por que a pobreza das classes populares impediu o êxito do modelo nacional-desenvolvimentista? Porque ela limitou muito o mercado consumidor dos produtos da indústria, e, por causa disso aprofundou a dependência da economia brasileira em relação aos centros do capitalismo mundial.

Vejam agora a dependência externa. A industrialização do Brasil começou, por uma série de razões que não vem ao caso neste momento, pela produção interna de produtos “modernos” que antes de 1930 eram importados. Como a imensa maioria da população era muito pobre, não tinha renda suficiente para comprar esses produtos. Desse modo, as escalas de produção das fábricas eram pequenas.

Quando a produção é feita em pequena escala, não há condições para fazer inovações tecnológicas. As fábricas limitam-se a copiar tecnologia que é criada em outros países. Como nosso mercado de produtos

industriais “modernos” era limitado às classes médias e ricas, dada a pobreza da população rural e dos operários, a produção industrial brasileira precisava importar tecnologia.

Os detentores dessa tecnologia eram grandes firmas estrangeiras, que cobravam preços altíssimos para transferí-la às firmas brasileiras. Essa transferência de tecnologia deu-se em dois tempos: da década de 1930 à metade da década de 1950, o sistema predominante era o da venda de licenças de fabricação, venda de patentes, cobrança de “royalties”; a partir da metade da década de 1950, no governo Juscelino Kubitschek, grandes fábricas estrangeiras decidiram montar fábricas no Brasil. Fizeram enormes investimentos e passaram a remeter às suas matrizes, além dos royalties e outros pagamentos (a título de transferência de tecnologia), os lucros de suas operações, convertidos em divisas internacionais.

## 2.2. Dependência, problema cambial e crises econômicas

Essa dependência da importação de tecnologia gerou o problema cambial que está na raiz de todas as crises da nossa economia. Esse problema pode ser resumido assim: o vendedor de tecnologia para o Brasil quer receber em dólares ou outra divisa internacional. Para conseguir dólares, o Brasil precisa exportar. Os produtos que o Brasil tem para exportar são, principalmente, os produtos chamados primários: alimentos, matérias-primas agrícolas, madeiras, outros produtos florestais, minérios. Os mercados internacionais desses produtos são controlados por grandes firmas norte-americanas, européias e japonesas, de modo que o preço dos produtos primários nos mercados internacionais flutua ao sabor das estratégias dessas firmas. Ora elas estocam produtos, ora desovam seus estoques, e desse modo manipulam os preços, sempre em prejuízo dos países produtores. Além disso, a relação entre os preços dos produtos primários e os dos produtos industriais é sempre desfavorável aos primeiros.

Desse modo, para financiar o consumo da classe média e das classes ricas, que são as consumidoras dos produtos fabricados pela sua indústria, o Brasil precisa fazer dívidas no exterior.

Essa dívida é feita de vários modos: o governo brasileiro toma dinheiro emprestado de governos estrangeiros, de instituições internacionais e de bancos privados, para fazer a infra-estrutura necessária a uma economia industrial; as firmas brasileiras e as filiais

estrangeiras tomam dinheiro emprestado em bancos privados ou em suas matrizes, ou compram matérias-primas e tecnologia de firmas estrangeiras, com pagamentos a prazo.

Tudo isto para ser pago com as exportações. Como estas, geralmente, não são suficientes para pagar, a dívida, se acumula. Durante as primeiras fases desse processo, os centros do capitalismo internacional não se importam muito com a dívida. Até estimulam o endividamento, porque é um jeito de manter a dependência, garantir encomendas para suas fábricas e ganhar dinheiro com os juros. Mas, quando o déficit passa de um limite, eles cobram, provocando enormes transtornos para o Brasil e sofrimento para a população, pois o jeito de pagar é transferindo riquezas e reduzir o consumo.

Dada a estrutura da distribuição da renda brasileira, os que estão nas partes superiores da pirâmide da renda têm condições de transferir para os patamares inferiores a restrição de consumo, de modo que, no fim, os mais pobres acabem sempre pagando a dívida.

### 2.3. Dependência e desenvolvimento truncado

Isto fez com que o desenvolvimento econômico do nosso país fosse sempre truncado: dá uma arrancada e para, passa um período de estagnação e recomeça.

Durante cinco décadas (1930-1980), foi possível esconder sob o tapete as contradições não resolvidas (a exclusão social e a dependência externa), porque a pujança do país é simplesmente enorme. Ela entra em crise aqui, mas surge uma conjuntura salvadora ali; tropeça num gargalo acolá, mas abre-se um mercado inesperado mais adiante.

A riqueza natural do país e o valor do seu povo fizeram com que, apesar de andar literalmente aos “trancos e barrancos”, o Brasil cumprisse uma trajetória econômica impressionante, nos cinquenta anos que vão da década de 1930 à 1980. Em 1980, os três grandes departamentos da economia — o setor de bens de consumo, o setor de bens intermediários e o setor de base — estavam instalados no país e a economia brasileira era a décima máquina produtiva do mundo. Mas sua indústria não tinha capacidade de inovação, o mercado de produtos industriais era restrito, a população pouco instruída, assoberbada pela pobreza e pela doença.

## 2.4 O Estado nacional-desenvolvimentista

Conforme os pontos de vista dos que o analisaram, o Estado que impulsionou esse processo recebeu várias denominações: nacional-desenvolvimentista, populista, Estado da Era Vargas.

Esse Estado formou-se a partir da derrota das oligarquias rurais, comandadas pela oligarquia cafeeira de São Paulo e Minas, na revolução de 1930. Os fazendeiros de café, os usineiros, os criadores de gado perderam o poder que exerciam hegemonicamente durante todo o longo período que vai do Império (1822) até 1930, mas não foram expulsos da esfera do poder. Apenas cederam o comando das classes dirigentes para setores emergentes na sociedade brasileira da década de 1930: os industriais, os banqueiros, os militares, as classes médias urbanas.

Formou-se então um pacto de poder muito estranho entre todas essas camadas sociais. O pacto passava inclusive pela concessão de alguma participação (bem controlada) aos operários das indústrias modernas, nas grandes cidades.

O Estado nacional-desenvolvimentista foi, por isso, contraditório. De um lado, liquidou o movimento sindical autêntico, ainda embrionário na década de 1920; de outro, criou um movimento sindical pelêgo, mas enorme, que acabou tendo uma participação menos pelêga do que seus criadores queriam. De um lado, estabeleceu uma legislação trabalhista para os operários das cidades; de outro, excluiu os trabalhadores rurais dessa legislação até 1961 (o que, inexplicavelmente, não impediu que Getúlio fosse adorado pela população rural). De um lado, fez concessões importantes a capitais estrangeiros; de outro lado, criou empresa estatais importantíssimas, como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, a Eletrobrás, a Vale do Rio Doce e a Telebrás (isto foi obra do “primeiro Getúlio” [1930-1945]; do “segundo Getúlio” [1950-1954]; de João Goulart [1961-1964] e, pasmem, dos militares [1964-1984]). De um lado, favoreceu extraordinariamente o estado de São Paulo, mediante o confisco cambial e a proteção alfandegária; de outro criou a Sudene e a Sudam, para estimular o crescimento das regiões marginalizadas do circuito econômico dinâmico. Getúlio conseguiu o prodígio de ser, ao mesmo tempo, presidente do PSD (partido da oligarquia rural) e do PTB (partido do operariado urbano).

O Estado nacional-desenvolvimentista alternou governos

“democráticos” e governos ditatoriais. Em 1980, encontrava-se numa fase ditatorial, quando foi surpreendido por uma “virada” histórica.

## 2.5. A “virada” da história na década de 1980

Essa “virada” foi o resultado da coincidência, no tempo, de três revoluções — a revolução tecnológica, a revolução econômica e a revolução política — que ocorreram no mundo desenvolvido entre a metade da década de 1970 e o final da década de 1980.

A primeira decretou o fim da Segunda Revolução Industrial (1870-1970), a revolução do petróleo, do cimento armado, do automóvel, do arranha-céu, dos plásticos, dos adubos químicos. Tudo isto foi “sucateado” pelo computador, pelo satélite, pelo robô.

A segunda foi a globalização do mercado capitalista, fruto do surgimento de um mercado financeiro internacional de trilhões de dólares, independente de qualquer controle pelos bancos centrais dos países e baseado no poderio econômico extraordinário das grandes corporações transnacionais.

A terceira foi a vitória do neoliberalismo nos Estados Unidos e na Inglaterra, o que levou à mudança da política econômica que esses países vinham adotando desde antes da Segunda Guerra Mundial e a um enfrentamento que terminou com a derrocada da União Soviética. O efeito mais importante dessa revolução é que a direita perdeu o medo e partiu para a ofensiva, nos Estados Unidos, na Europa e em todo o mundo.

### 2.5.1. Desorientação das classes dirigentes

A soma dos problemas internos não resolvidos e da reviravolta internacional tornou inviável o modelo nacional-desenvolvimentista e desorientou completamente as classes dirigentes do país.

Durante toda a década de 1980, elas ficaram sem saber para onde ir. Uma parte delas, cujos interesses na manutenção do modelo nacional-desenvolvimentista eram muito grandes, fez várias tentativas de remendar o modelo sem alterá-lo substancialmente. Outra parte, aliada aos ventos novos que sopravam do exterior, queriam mudar tudo.

### 2.5.2. A ascensão do movimento popular

A vacilação das classes dirigentes favoreceu a aceleração de um movimento que vinha de mais tempo: o movimento de mobilização

das massas populares, iniciado ainda nos tempos duros da ditadura militar. Na década de 1980, surgem a CUT, o MST, o PT e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ganham grande impulso. Em 1988, a forte presença de grupos organizados na Constituinte permitiu a aprovação do texto constitucional mais avançado que o Brasil já teve. Em 1989, o movimento popular estava tão forte que Lula quase venceu as eleições presidenciais.

### 2.5.3. A reunificação das elites

1989 foi o ponto culminante do crescimento do movimento popular. A possibilidade da vitória das forças populares apavorou as classes dirigentes do país. As facções entreguistas venceram as resistências dos grupos que ainda queriam remendar o modelo nacional-desenvolvimentista, e partiram para substituí-lo por um modelo neoliberal.

Os três anos do governo Collor foram o pontapé inicial nessa empreitada, à qual Fernando Henrique Cardoso está dando continuidade. Mas ela está se mostrando mais difícil do que parecia. A transição tomou toda a década de 1990 e ainda não está concluída. Até agora, seus resultados, em termos econômicos e sociais, foram bastante negativos: fechamento de fábricas, desnacionalização da economia, deterioração da infra-estrutura, sucateamento dos serviços públicos, além de um enorme desemprego.

Contudo, o impacto negativo das mudanças na economia popular foi atenuado pelo fato de que, na metade da década, o governo conseguiu negociar um plano de pagamento das dívidas que havia contraído na década de 1970 e, desse modo, pôde abrir caminho para derrubar a inflação. O Real deu a todos a sensação agradável de poder organizar a vida financeira, e isto valeu um grande apoio ao governo Fernando Henrique Cardoso durante seu primeiro mandato.

O preço disso foi o agravamento da dependência externa. Qualquer mudança em mercados internacionais, sobre os quais o Brasil não tem o menor controle, provocam entradas e saídas bruscas de capital e, portanto, grande instabilidade econômica e financeira.

O outro preço foi o aumento da dívida externa. Para impedir o aumento dos preços dos produtos, o governo abriu o mercado brasileiro à concorrência internacional; as importações aumentaram muito e as exportações não cresceram na mesma proporção. Os déficits

da balança comercial foram se acumulando. Para sustentar o valor da moeda, o governo precisava cobrir esses déficits com entradas de divisas internacionais. O jeito de fazê-lo era elevando muito os juros, a fim de estimular o capital estrangeiro a deixar as praças mais seguras, que pagam juros mais baixos, e aventurar-se no mercado brasileiro.

Finalmente, a situação social se agravou enormemente. Ela se manifesta das mais variadas formas, inclusive pelo aumento da violência urbana e rural, pelo abandono de menores, pela prostituição infantil, pelo número de sem-teto, além de outras manifestações.

A alegação das classes dominantes é a de que este é um preço a pagar para modernizar o país — um sacrifício que não pode ser descartado, e que só terminará quando as “reformas estruturais” forem completadas. Essas reformas visam a diminuir o poder do Estado na esfera econômica, a fim de que os capitais estrangeiros possam entrar e sair livremente do país; reduzir os direitos trabalhistas, para que os produtos brasileiros fiquem mais competitivos no exterior; cortar as aposentadorias públicas para abrir o mercado da seguridade social ao capital privado (pois esta é, na atual fase do capitalismo, uma forma importante de concentrar capitais para promover investimentos) e assim por diante.

Chegamos, finalmente, ao cerne da crise.

## 2.6. O cerne da crise

Não é verdade que as reformas neoliberais possam resolver o problema da crise brasileira. Elas não atacam a verdadeira causa da crise. Nossa economia brasileira não está em crise porque o governo gasta além do que arrecada, porque a Previdência Social está desfinanciada, ou qualquer outra causa desse tipo, mas porque as classes altas e médias têm um tipo de consumo incompatível com o equilíbrio das nossas contas externas.

Este problema não vem de hoje, mas de muito tempo. Consiste no fato de que as classes dirigentes do país são obcecadas pela imitação dos estilos de vida e dos padrões de consumo dos países desenvolvidos. Através do bombardeio da propaganda, elas transmitiram essa aspiração às classes médias e até as classes populares. Criou-se assim a idéia de que esses estilos de vida e padrões de consumo constituem a essência da vida civilizada. Quem vive segundo esses padrões é moderno, quem não consegue alcançá-lo é atrasado.

Nos países desenvolvidos do mundo capitalista, os estilos de vida da população e os padrões de consumo correspondem à lógica de seus sistemas econômicos, pois são estruturas produtivas baseadas e voltadas para o consumismo. O capitalismo norte-americano, europeu e japonês vive do aumento e da diversificação crescentes do consumo de bens e serviços em todas as esferas das suas populações. Esse modelo econômico é conhecido como “fordismo”.

Para criar, na massa da população, esse apetite insaciável de consumo, é indispensável criar continuamente novas necessidades. Essa é a tarefa principal da propaganda nas sociedades capitalistas: criar necessidades artificiais.

Nessas sociedades, a concorrência entre as firmas nessas sociedades é moldada pela lógica de produzir para um consumo insaciável. Isto leva a uma frenética renovação de modelos, de formas, de produtos de consumo. Mal a pessoa aprende a usar o computador 286, vem o 386, o 486, o Pentium, o “Pentium envenenado” e assim até o infinito. Quem se atrasar na atualização do seu computador acaba não podendo se comunicar com os outros. É assim com o automóvel, com o aparelho de som, com tudo.

A inovação de produtos passou a ser a forma mais importante de concorrência entre as firmas capitalistas. Os produtos novos exigem, muitas vezes, técnicas de produção novas, de modo que a mesma corrida por produtos novos para deslocar os concorrentes do mercado reproduz-se no campo das técnicas produtivas.

Inovar custa caríssimo. É preciso investir dinheiro durante anos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), sem receber nenhum retorno. O retorno vem de repente, quando vingam uma pesquisa e a firma entra no mercado com um produto que suas concorrentes não têm. Para impedir que estas copiem o novo produto, elas patenteiam a novidade. A partir daí, não só vendem diretamente o produto como vendem a técnica da sua produção a outras firmas, no mundo desenvolvido e no mundo subdesenvolvido.

A entrada de produtos “modernos” ou de “última geração”, como são chamados, nos países subdesenvolvidos provoca a imediata desvalorização dos produtos que estão no mercado e das técnicas que suas fábricas utilizam para produzi-los. Os economistas chamam essa desvalorização de “obsolescência”. O conceito se refere a bens que conservam seu valor de uso mas perderam valor comercial.

O eterno endividamento externo dos países subdesenvolvidos decorre, por um lado, desse processo ininterrupto de comprar bens e tecnologias de última geração para atender às aspirações de consumo de suas classes dominantes e, por outro lado, do colossal desperdício de capital que esse contínuo descartar de bens e técnicas, perfeitamente úteis, acarreta.

A crise atual da economia brasileira consiste precisamente nisso: a revolução tecnológica tornou o parque industrial brasileiro atrasado. Para conseguir as condições de modernizá-lo, o país teve que abrir totalmente sua economia às firmas estrangeiras que detêm as novas tecnologias. Esse processo provocou um enorme déficit nas contas externas. Para financiar o déficit, o país endividou-se. A dívida passou do limite aceitável pelos centros financeiros do capitalismo mundial e eles decidiram não refinanciá-la mais.

O Brasil teve que bater às portas do FMI para pedir dinheiro novo emprestado, a fim de rolar a dívida antiga e começar uma dívida nova. Com esse dinheiro, ele vai descartar fábricas perfeitamente aptas a produzir e construir novas fábricas, com as técnicas modernas, para produzir os bens de última geração.

Como aconteceu nas diversas vezes em que o Brasil se viu nessas mesmas circunstâncias, as condições impostas pelos centros mundiais do capitalismo são duríssimas. Já entregamos parte valiosa do patrimônio público (Vale do Rio Doce, Eletrobrás, Telebrás) e vamos ter de entregar o que resta (Petrobrás e bancos estatais); vamos ter de abrir os mercados mais rendosos à exploração dos capitais estrangeiros (bancos, indústria cultural, turismo) e vamos ter de fazer altíssimas prestações em dinheiro, para entrar no clube dos países que participam do mercado globalizado, onde se transacionam as mercadorias de “última geração”.

Para dar prova de submissão às regras do mercado globalizado, o Estado terá de gastar menos, o que quer dizer que terá de reduzir os serviços que presta às camadas mais pobres da população, serviços que são uma forma de suplementar a baixíssima renda que elas conseguem com seu trabalho.

A economia do país está em crise porque gasta acima de suas possibilidades, a fim de satisfazer as aspirações de consumo das suas classes ricas e classes médias. Estamos em um momento de cobrança. Passado esse momento, cuja duração não dá para prever, a economia

poderá voltar a crescer e a endividar-se até a próxima “hora da verdade”. Nas “horas da verdade”, pagam os pobres.

### 3. Como sair da crise

Identificada a raiz da crise, o problema que se coloca é o de saber se ela pode ser solucionada.

Do ponto de vista econômico, não há dúvida de que pode. O grau de desenvolvimento das forças produtivas da economia brasileira é suficiente para gerar os bens e serviços necessários a permitir um padrão de vida civilizado aos seus 160 milhões de habitantes.

Padrão de vida civilizado não se confunde com consumismo desenfreado. Padrão de vida civilizado é o que permite atender às necessidades básicas da vida humana (alimentação, vestuário, alojamento, higiene, transporte, educação, cuidados com a saúde, cultura e lazer), de modo a permitir a plena expansão das suas outras dimensões mais nobres: a vida intelectual, a vida social, a participação política, a vida espiritual e o convívio ético.

O parque industrial instalado no país corresponde tecnicamente ao parque industrial que os países desenvolvidos tinham até 1980. Foi com essa técnica — a técnica da Segunda Revolução Industrial — que os países desenvolvidos proporcionaram às suas populações o elevado padrão de vida que elas desfrutaram. Se essa tecnologia já está incorporada em nossa economia e se dispomos de todos os recursos naturais que ela transforma, nada a impedirá de atender às necessidades básicas da população. Basta que esta disponha de renda suficiente para comprar a produção.

Não há, portanto, qualquer dificuldade pelo lado da oferta de bens e serviços. O problema vem pelo lado da demanda, porque a brutal concentração da renda impede a maioria da população de comprar a produção que o parque industrial do seu próprio país tem plenas condições de produzir.

A solução da crise brasileira requer, portanto, um duplo movimento: por um lado, romper os laços de dependência com o exterior; por outro lado, promover uma vigorosa redistribuição da riqueza e da renda.

Não temos necessidade de renovar continuamente os produtos que são consumidos no país nem as técnicas requeridas para produzi-los. Isto não significa que tenhamos que renunciar aos avanços da

ciência e da tecnologia e ao que eles trazem de melhoria da qualidade de vida das pessoas. Quer dizer apenas que queremos, como Nação, controlar o tempo desses avanços, a fim de assegurar um nível de consumo básico para todos; garantir a autonomia do país; e incentivar nossa capacidade interna de criar tecnologia.

A dificuldade maior não está, portanto, no plano da economia, mas no da política. Pode-se imaginar a resistência dos centros de poder econômico e de poder político externos, que estão ganhando rios de dinheiro com a venda de produtos e de tecnologias ao Brasil, se surge um governo que diga: basta! Pode-se imaginar, por outro lado, a resistência à desconcentração da riqueza e da renda e de sua redistribuição pelas camadas pobres da população.

A superação dessas dificuldades requer a construção de uma força política superior à das classes dirigentes para tirar o poder da mão delas, realizar a ruptura da dependência e promover a redistribuição da riqueza e da renda.

Parece evidente que não se conseguirá construir essa força popular renovadora com um discurso que acene para as massas populares com uma promessa consumista semelhante à promessa com que as classes dirigentes iludem o povo e manipulam seu consentimento.

O povo só se mobilizará politicamente se for conquistado por uma visão completamente nova acerca do que significa uma vida civilizada, baseada em valores morais, espirituais e políticos elevados. Isto dá uma idéia do tipo de ação política, das condições que terão de ser cumpridas e do tempo que será necessário para cumprir essa tarefa.



## CAPÍTULO II

# A DEPENDÊNCIA DO BRASIL E A DÍVIDA EXTERNA

JOÃO PEDRO STEDILE

O Brasil sempre foi um país dependente. A origem de nossa dependência está desde a forma de colonização que nos foi imposta pelos portugueses e, posteriormente, foi reproduzido pelos modelos econômicos adotados.

Essa situação de dependência foi tema de grandes debates e teses. Nossos economistas, sociólogos e cientistas políticos que tentaram explicar o subdesenvolvimento e de pobreza do Brasil, encontraram na dependência externa uma de suas causas fundamentais. Daí surgiram várias versões da chamada “teoria da dependência”, que procuram explicar a forma de subordinação de nosso país, e de muitos outros, em relação aos países ricos. Enquanto nosso país for dependente, nunca vamos alcançar a capacidade técnica e econômica dos países ricos, e nunca vamos conseguir nos desenvolver com igualdade social. Nosso papel no capitalismo mundial continuará sendo o de produzir lucros que serão, em parte, apropriados pelos capitalistas dos países ricos. Assim, se não rompermos com essa relação de subordinação, a distância sempre se manterá.

### **Por que somos um país dependente?**

- Porque a organização da produção de nossa sociedade não está voltada para as necessidades do nosso próprio povo, mas para a realização de lucro das empresas muitas das quais, estrangeiras, que produzem para as elites, daqui e do exterior.
- Porque os setores mais dinâmicos de nossa economia são controlados por capitais internacionais.
- Porque a maior parte da tecnologia utilizada na produção é desenvolvida no exterior, e sobre ela devemos pagar royalties.
- Porque ao longo de toda a história — e, especialmente, das últimas décadas — enviamos recursos para fora, na forma de lucros, juros, diferença de preços entre as mercadorias importadas e exportadas, etc
- Porque exportamos principalmente matérias-primas e outros produtos de baixo valor, enquanto importamos de último valor.
- Porque não temos autonomia para decidir sobre as políticas econômicas, que permanecem monitoradas por organismos internacionais, como FMI, Banco Mundial, etc

No quadro mais amplo de dependência que o Brasil vive desde a Colônia, a dívida externa acaba sendo apenas uma armadilha a mais. Ou seja, o problema não está nessa dívida. Ela é apenas um dos mecanismos de dominação e de espoliação que os países centrais utilizam para explorar nosso povo.

Os países centrais exploram nosso trabalho através da cobrança de juros, da imposição de tecnologias, do controle sobre os preços e os mercados de bens e serviços. E também através da dívida externa. Logo, a dívida externa é apenas a ponta de um grande iceberg, que é a dependência externa do Brasil.

### **1. A dívida externa deixou de ser notícia. Por quê seria?**

O assunto da dívida externa, tão discutido na década passada, de repente sumiu dos jornais, televisão, do debate nas universidades e até mesmo nos movimentos sociais e nas igrejas. Por que isso aconteceu? Por que, nos últimos anos, passaram a imperar as versões que o governo e as elites têm sobre este problema?

Na verdade, querem esconder que:

- A questão da dívida externa brasileira é grave;
- A questão da dívida externa brasileira se relaciona com todos os problemas sociais de nosso povo (terra, moradia, saúde, desemprego, educação, etc).
- A questão da dívida externa tem a ver com a situação de continuar como um país submisso e dependente ou se tornar um país livre e soberano.

### **2. A dívida externa do Brasil não é problema. Será verdade?**

O governo brasileiro e os meios de comunicação têm divulgado que a dívida externa brasileira deixou de ser um problema. Argumentam que o Brasil têm recursos para pagar os juros e as prestações, que foram negociadas em novas bases.

O problema não é se temos ou não recursos para pagar essa dívida — na verdade, não temos —, mas sim se é justo pagar uma dívida que é irreal. Além disso, o que poderíamos fazer com esse dinheiro, se fosse aplicado internamente no país.

- Entre 1995 e 1998, primeiro governo Fernando Henrique Cardoso,

enviamos para o exterior 152 bilhões de dólares em pagamento de juros, dividendos e prestações da dívida externa. Mas a dívida continuou aumentando: no mesmo período, ela passou de 148 bilhões para 212 bilhões de dólares.

- Ao longo da história dessa dívida, o Brasil já pagou o equivalente a três vezes o que recebeu.
- Como é muito lucrativo pegar dinheiro no exterior (onde os juros estão baixos) e reemprestá-los ao governo brasileiro (que paga juros altos), hoje 60% da dívida externa está nas mãos de empresas privadas. Mas, de qualquer forma, é o Brasil que precisa gerar os dólares que essas empresas vão usar para fazer as remessas.
- Enquanto nos Estados Unidos e na Europa a taxa de juros tem sido inferior a 5% ao ano, no Brasil o governo chegou a pagar 50% ao ano.
- O Brasil é o país do mundo que paga a mais alta taxa de juros. E é o país do Terceiro Mundo que mais deve.

### 3. “O capital estrangeiro é fundamental para desenvolvimento do Brasil”. Será realidade?

O governo e a imprensa têm difundido de que o Brasil precisa do capital estrangeiro, que nos ajuda muito. Quem não vê isso seria um “dinossauro”. Vamos, no entanto, à realidade dos fatos:

- Nenhum país do mundo se desenvolveu com base no capital estrangeiro. O desenvolvimento sempre foi resultado de um esforço próprio, baseado na capacidade de trabalho e de criação do povo.
- Para crescer, qualquer país precisa investir todos os anos, no mínimo, 20% dos recursos de sua economia. No Brasil, o capital estrangeiro entra com apenas 0,83%. Todos os demais recursos investidos são de brasileiros: empresas, pessoas e governo.
- Ao longo da história, instalaram-se no Brasil 6.322 empresas estrangeiras. Elas trouxeram 41 bilhões de dólares de investimento. Mas ganharam tanto dinheiro que hoje o capital registrado dessas empresas é de 273 bilhões de dólares. A maioria deles está sediada na região Sudeste, pois não querem ir para regiões pobres. Elas têm um lucro líquido de 10 bilhões de dólares por ano. Ou seja, a

cada quatro anos recuperam tudo o que trouxeram ao longo da história e ainda continuam proprietários de um imenso patrimônio.

- No Brasil, existem 60 milhões de pessoas em idade de trabalhar, mas as empresas estrangeiras dão emprego para apenas 1,4 milhão de brasileiros.
- Mesmo assim, essas empresas estrangeiras estão devendo no exterior, cerca de 54 bilhões de dólares, sob a forma de empréstimos. Quem vai pagar será o Brasil.

#### 4. Se não enviássemos todo esse dinheiro para o exterior, o que o governo brasileiro poderia fazer?

Nos últimos anos, nossa economia tem crescido a taxas muito baixas (em 1999, teremos crescimento negativo) e, por isso temos muito desemprego e crise. Mas a dívida externa e outros pagamentos levam para o exterior, todos os anos, 4,5% de toda produção nacional (chamada produto interno bruto, ou PIB). Se parássemos de enviar para o exterior esse dinheiro todo e aplicássemos no Brasil, seria possível:

- Pagar um salário mínimo por mês, durante três anos, para os 30 milhões de pobres. Segundo o próprio Banco Mundial se o governo brasileiro aplicasse apenas 0,8% do PIB seria possível eliminar a pobreza no Brasil em alguns anos.
- Criar 3 milhões de empregos na indústria, por ano.
- Assentar 9 milhões de famílias. Como existem no Brasil 4,8 milhões de famílias sem-terra, sobrariam recursos.
- Construir 14 milhões de casas populares. Como o déficit habitacional atual é estimado em 10 milhões de casas, também sobrariam recursos.
- Aplicar em educação dez vezes mais, por ano, do que é gasto hoje.
- Aplicar em saúde cinco vezes mais, por ano, do que é gasto hoje.

#### 5. Qual a saída?

Durante três dias, dezenas de estudiosos, pastores, bispos e militantes de movimentos sociais, debateram recentemente em Brasília essa pergunta. Encontraram algumas respostas.

- O Brasil precisa recuperar sua soberania nacional e ter, de fato, poder para decidir sobre a dívida externa e o capital estrangeiro, já que hoje os bancos, empresas e governos do exterior fazem conosco o que querem.
- Suspender o pagamento da dívida externa mais antiga, que já foi paga várias vezes, e renegociar os empréstimos mais recentes.
- Não pagar juros mais alto do que determina a Constituição brasileira, ou seja, 12% ao ano.
- Fazer uma auditoria de todas as dívidas, para saber porque foi feita, quem fez, e se já foi paga, etc
- Ter autonomia em relação ao Banco Mundial e ao FMI.
- Submeter as empresas estrangeiras à vontade do povo brasileiro.
- Aplicar os recursos que hoje são enviados para o exterior, em programas sociais, especialmente reforma agrária, educação, saúde, moradia.
- Proibir que altos funcionários do Banco Central do Brasil e do Ministério da Fazenda quando saem do governo passem a trabalhar para os bancos e empresas multinacionais, como acontece agora, levando informações e influências que só prejudicam os interesses públicos em benefício de grupos econômicos.
- Não assinar o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), que beneficia apenas as empresas norte-americanas. Éle provocaria a falência muitas empresas brasileiras, que perderiam mercado para as empresas norte-americanas.
- Aprovar a proposta Tobin (Prêmio Nobel de Economia), que sugeriu a criação de um fundo com 0,5% de todas as operações financeiras internacionais. Esse fundo seria utilizado para combater a pobreza nos países do Terceiro Mundo.

## 6. O que fazer?

- 1º Para que essas saídas aconteçam, é preciso que nosso povo tenha informações, conhecimento e se conscientize de que o problema da dívida externa e da dependência externa de nossa economia ao

capital estrangeiro é um dos mais graves problemas do país.

2º Que cada um ajude a informar seu vizinho, seu colega.

3º Que se organizem os abaixo-assinados da campanha Jubileu 2000 pelo cancelamento da dívida externa.

4º Que se organize debates nos bairros, escolas, paróquias, sindicatos, e outros locais.

Precisamos de uma economia e um país voltado para os interesses do povo brasileiro.

**VAMOS JUNTOS LUTAR PELA SOBERANIA DE  
NOSSO POVO E NOSSO PAÍS**

Tabela 1

**DÍVIDA EXTERNA DA AMÉRICA LATINA, POR PAÍS, 1995:  
PESO NA ECONOMIA NACIONAL**

*(Valores em US\$ bilhões)*

País	Dívida Externa Total (US\$ Bilhões)	Produto Nacional Bruto (US\$ bi)	Serviço da dívida total / exportação de bens e serviço (%)
México	165.7	237.1	56
<b>Brasil</b>	<b>159.1</b>	<b>663.6</b>	<b>31</b>
Argentina	89.7	271.4	34
Venezuela	35.8	73.2	21
Peru	30.8	56.9	30
Chile	25.6	59.1	23
Colômbia	20.8	73.7	28
Equador	14.0	16.6	24
Nicarágua	9.3	1.6	36
Costa Rica	3.8	8.9	16
Honduras	4.6	3.7	30
Panamá	7.2	7.1	4
Bolívia	5.3	5.8	31
El Salvador	2.6	9.6	12
Trinidad e Tobago	2.6	4.8	24
Uruguai	5.3	16.4	19
República Dominicana	4.3	11.7	13
Jamaica	4.3	3.2	19
Barbados	0.6	1.7	12
Guatemala	3.3	14.7	12
ST. Kitts e Nevis	0.06	0.2	4
Paraguai	2.3	7.8	8
Belize	0.3	0.6	9
Guiana	2.1	0.6	17
Haiti	2.1	0.6	8
St. Vicent	0.2	0.2	—
Dominica	0.1	0.2	6
Granada	0.1	0.3	6
St. Lucia	0.1	0.5	3
<b>Total</b>	<b>602.06</b>	<b>155.18</b>	<b>536</b>

Fonte: Banco Mundial, *Global Development Finance*, 1997, Washington D.C., 1997, volume 2, p. 53-58.

Tabela 2

## EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DA AMÉRICA LATINA

## POR PAÍS 1980-1995

Valores em milhões/US\$ em dezembro

País	1980	1985	1990	1993	1994	1995
Argentina	27.162	49.326	62.233	72.209	85.656	98.547
Bolívia <sup>c</sup>	2.340	3.294	3.768	3.777	4.216	4.523
<b>Brasil</b>	<b>64.000</b>	<b>105.126</b>	<b>123.439</b>	<b>145.726</b>	<b>148.295</b>	<b>159.256</b>
Chile	11.207	20.403	18.576	19.665	21.768	22.026
Colombia	6.805	14.063	17.993	18.908	21.855	24.928
Costa Rica	2.209	4.140	3.924	4.011	3.818	3.889
Cuba	-	-	-	8.785	9.083	10.504
Equador	4.167	8.111	12.222	13.631	14.589	13.934
El Salvador <sup>c</sup>	1.176	1.805	2.076	1.976	2.056	2.168
Guatemala	1.053	2.536	2.387	2.323	2.644	2.936
Guyana	449	1.308	1.812	2.062	2.004	2.058
Haiti <sup>c</sup>	290	600	841	866	875	902
Honduras	1.388	3.034	3.588	3.850	4.040	4.242
Jamaica	1.734	3.355	4.152	3.687	3.652	3.452
México <sup>d</sup>	50.700	97.800	106.700	130.524	139.818	165.600
Nicarágua <sup>c</sup>	1.825	4.936	10.715	11.987	11.695	10.248
Panamá <sup>c</sup>	2.271	3.642	3.795	3.494	3.663	3.939
Paraguai	861	1.772	1.670	1.254	1.271	1.439
Peru	9.595	13.721	22.856	27.489	30.392	33.515
Rep. Dominicana	2.173	3.720	4.499	4.563	3.946	3.999
Trinidad e Tobago	911	1.763	2.520	2.102	2.064	1.905
Uruguai	977	1.922	2.937	3.578	4.251	4.426
Venezuela	26.963	31.238	35.528	40.836	41.179	38.484
<b>Total</b>	<b>220.256</b>	<b>377.615</b>	<b>448.231</b>	<b>527.303</b>	<b>562.830</b>	<b>616.919</b>

Fonte: Banco Mundial

<sup>a.</sup> Inclui a dívida externa do setor público e privado. Também inclui a dívida com Fundo Monetário Internacional.

<sup>b.</sup> Cifras preliminares;

<sup>c.</sup> Dívida externa pública

<sup>d.</sup> A dívida pública inclui a inversión de valores governamentais por parte dos não residentes

Tabela 2A

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DA AMÉRICA LATINA 1996-2000					
Valores em milhões/US\$ em dezembro					
País	1996	1997	1998	1999	2000 <sup>b</sup>
Argentina	109.765	124.696	140.489	145.300	146.200
Bolívia <sup>c</sup>	4.366	4.234	4.655	4.574	4.461
<b>Brasil</b>	<b>179.935</b>	<b>199.998</b>	<b>241.644</b>	<b>241.468</b>	<b>236.157</b>
Chile	22.979	26.701	31.691	34.167	36.849
Colômbia	29.513	32.036	35.696	36.010	35.851
Costa Rica	3.376	3.290	3.500	3.950	4.050
Cuba	10.465	10.146	11.200	11.040	11.100
Equador	14.586	15.099	16.400	16.282	13.564
El Salvador <sup>c</sup>	2.517	2.689	2.631	2.789	2.795
Guatemala	3.033	3.210	3.619	3.831	3.929
Guyana	1.537	1.514	1.500	1.196	1.250
Haiti <sup>c</sup>	914	1.025	1.100	1.166	1.170
Honduras	4.121	4.062	4.404	4.723	4.685
Jamaica	3.232	3.278	3.300	3.050	3.200
México <sup>d</sup>	157.200	149.000	161.300	166.381	149.300
Nicarágua <sup>c</sup>	6.094	6.001	6.287	6.549	6.660
Panamá <sup>e</sup>	5.069	5.051	5.180	5.568	5.604
Paraguai	1.434	1.473	1.599	2.373	2.491
Peru	33.805	25.508	29.477	28.659	28.353
Rep. Dominicana	3.807	3.572	3.537	3.657	3.676
Trinidad e Tobago	1.876	1.541	1.430	1.511	1.550
Uruguai	4.682	4.754	5.195	5.178	5.492
Venezuela	34.222	31.212	29.526	32.596	31.545
<b>Total</b>	<b>638.519</b>	<b>663.090</b>	<b>745.360</b>	<b>762.018</b>	<b>739.930</b>

Fonte: Banco Mundial

Tabela 3

DÍVIDA EXTERNA - BRASIL - US\$ MILHÕES				
Período	Dívida	Desembolsos	Amortizações	Juros
1947	625	32	48	18
1948	597	9	61	28
1949	601	40	107	24
1950	559	28	85	29
1951	571	38	27	22
1952	638	35	33	26
1953	1.159	44	46	35
1954	1.196	109	134	51
1955	1.395	84	140	39
1956	2.568	231	187	69
1957	2.373	319	242	73
1958	2.734	373	324	61
1959	2.971	439	377	93
1960	3.462	348	417	118
1961	3.144	579	327	117
1962	3.367	325	310	121
1963	3.298	250	364	90
1964	3.155	221	277	133
1965	3.644	363	304	166
1966	3.666	508	350	162
1967	3.281	580	444	202
1968	3.780	583	484	154
1969	4.403	1.023	493	204
1970	5.295	10440	673	284
1971	6.622	2.070	855	344
1972	9.521	4.375	1.210	489
1973	12.571	4.555	1.674	840
1974	17.166	7.058	1.928	1.370
1975	21.171	6.136	2.185	1.863

Tabela 3A

DÍVIDA EXTERNA - BRASIL - US\$ MILHÕES				
Período	Dívida	Desembolsos	Amortizações	Juros
1976	25.985	8.042	3.009	2.091
1977	32.037	8.766	4.135	2.462
1978	43.511	14.284	5.440	3.344
1979	49.904	11.992	6.542	5.348
1980	53.847	12.440	6.824	7.457
1981	61.411	18.123	7.888	10.305
1982	70.197	14.422	8.470	12.551
1983	81.319	14.722	7.691	10.263
1984	91.091	15.981	8.314	11.449
1985	95.857	11.166	10.452	11.239
1986	101.759	13.232	13.072	10.245
1987	107.514	11.973	13.630	9.319
1988	102.555	15.470	17.049	10.591
1989	99.285	31.326	34.688	10.937
1990	96.546	4.143	8.778	10.868
1991	92.996	5.827	7.721	9.493
1992	110.835	27.304	8.402	8.278
1993	114.270	12.355	9.711	9.329
1994	119.668	54.651	46.158	8.140
1995	129.313	17.429	10.409	10.427
1996	144.092	25.867	13.754	12.389
1997	167.760	45.768	25.235	13.500
1998	220.350	61.048	29.791	15.321
1999	203.338	40.557	45.437	17.100
2000	196.179	37.319	31.977	17.096
2001	192.720	34.624	35.151	17.621
2002	195.587	18.594	31.025	15.275

Tabela 3B

DÍVIDA EXTERNA - BRASIL - US\$ MILHÕES				
Período	Privada - registrada*	Pública - registrada*	Total - registrada*	Total**
1946	-	-	644	-
1947	-	-	625	-
1948	-	-	597	-
1949	-	-	601	-
1950	-	-	559	-
1951	-	-	571	-
1952	-	-	638	-
1953	-	-	1.159,00	-
1954	-	-	1.196,00	-
1955	-	-	1.395,00	-
1956	-	-	2.568,00	2.736,00
1957	-	-	2.373,00	2.491,00
1958	-	-	2.734,00	2.870,00
1959	-	-	2.971,00	3.160,00
1960	-	-	3.462,00	3.738,00
1961	-	-	3.144,00	3.291,00
1962	-	-	3.367,00	3.533,00
1963	-	-	3.298,00	3.612,00
1964	-	-	3.155,00	3.294,00
1965	-	-	3.644,00	3.823,00
1966	-	-	3.666,00	3.771,00
1967	-	-	3.281,00	3.440,00
1968	-	-	3.870,00	4.092,00
1969	-	-	4.403,00	4.635,00
1970	-	-	5.295,00	6.240,00
1971	-	-	6.622,00	8.284,00
1972	-	-	9.521,00	11.464,00
1973	-	-	12.571,00	14.857,00
1974	-	-	17.166,00	20.032,00

Tabela 3C

## DÍVIDA EXTERNA - BRASIL - US\$ MILHÕES

Período	Privada - registrada*	Pública - registrada*	Total - registrada*	Total**
1975	-	-	21.171,00	25.115,00
1976	-	-	25.985,00	32.145,00
1977	-	-	32.037,00	37.951,00
1978	11.729,00	31.781,50	43.511,00	52.187,00
1979	15.868,70	34.035,40	49.904,00	55.803,00
1980	16.577,40	37.270,00	53.847,00	64.259,00
1981	19.621,80	41.789,00	61.411,00	73.963,00
1982	22.795,00	47.402,50	70.197,00	85.487,00
1983	21.027,10	60.292,00	81.319,00	93.745,00
1984	19.335,00	71.756,00	91.091,00	102.127,00
1985	17.176,60	78.680,00	95.857,00	105.171,00
1986	14.641,10	87.177,50	101.759,00	111.203,00
1987	14.434,39	93.079,81	107.514,00	121.188,00
1988	12.480,23	91.040,87	102.555,00	113.511,00
1989	9.807,40	89.477,50	99.285,00	115.506,10
1990	9.571,09	86.974,81	96.546,00	123.438,50
1991	10.945,78	82.051,12	92.996,00	123.910,40
1992	16.238,00	94.597,00	110.835,00	135.948,80
1993	21.073,00	93.197,00	114.270,00	145.725,90
1994	32.804,00	86.864,00	119.668,00	148.295,20
1995	42.145,00	87.168,00	129.313,00	159.256,20
1996	59.863,00	84.229,00	144.092,00	179.934,50
1997	91.555,00	76.205,00	167.760,00	199.997,50
1998	128.328,68	92.020,90	220.350,00	241.644,07
1999	105.891,00	97.448,00	203.338,00	241.468,84
2000	106.296,00	89.883,00	196.179,00	236.156,61
2001	99.903,00	92.818,00	192.720,00	226.067,25
2002	85.232,00	110.355,00	195.587,00	227.689,39

\* Exclui os empréstimos realizados pelas transnacionais

\*\* Inclui os empréstimos realizados pelas transnacionais

**Tabela 4**

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA NO GOVERNO FHC 1995 - 2002	
	US\$ MILHÕES
DÍVIDA EM 1994	119.668
CRÉDITOS RECEBIDOS (1995-2002)	281.205
JUROS + AMORTIZAÇÕES (1995-2002)	341.508
AMORTIZAÇÕES (1995-2002)	222.779
JUROS (1995-2002)	118.729
DÍVIDA EM 2002	195.587

Fonte: Ipeadata

O Governo brasileiro pagou a mais do que recebeu (desembolsos – juros e amortizações) o valor de U\$ 60.303 milhões em oito anos de governo. Mesmo assim a dívida cresceu em U\$ 75.919 milhões, passando de U\$ 119.668 milhões para U\$ 195.587 milhões.

<sup>1</sup> Organizado por Sandra Quiltela, do PACs - Campanha Julibeu Sur contra a Dívida Sur.

Tabela 5

PRESENÇA E PESO DAS EMPRESAS COM CAPITAL ESTRANGEIRO NO BRASIL 1995 (POR REGIÕES)						
	Milhões/US\$					
	Sul	Sudeste	Centro- Oeste	Norte	Nordeste	Brasil
1. Capital Total	12.859	239.468 (90%)	1.616	8.239	11.431	273.615
2. Capital integralizado por estrangeiros (até 1995)	1.822	37.769	195	780	794	41.360 (15%)
3. Lucro líquido em 95 (antes IR)	-,138	9.311	-44	1.123	-110	10.140 (25% do K)
4. Dividendos pagos para estrangeiros em 95	77	3.088	0	14	3	3.183
5. Royalties pagos para estrangeiros em 95	2	245	0	5	2	255
6. Empregados	106.275	1.116.720	10.279	26.807	187.304	1.447.385
7. Importações*	1.119	16.340	110	1.600	315	19.300
8. Exportações*	2.220	17.600	155	1.040	820	21.600

Fonte: Censo do Capital Estrangeiro - 1995 - Banco Central

\*80% das importações/exportações são com matrizes e filiais coligadas

Número total de empresas: 6.322 (em 4.092 o capital estrangeiro é majoritário)

Tabela 6

## EVOLUÇÃO DA POUPANÇA NACIONAL BRASIL - 1971-1996

Taxas de poupança (1) no Brasil: 1971-96

PERÍODO	Poupança privada (A) (2)	Poupança do governo (B) (3)	Poupança doméstica (C = A + B)	Poupança externa (D)	Poupança total (E = C+D)
1971-80	12,35	5,58	17,93	3,87	21,80
1981-90	19,67	0,40	19,27	1,57	20,84
1991-96	16,95	1,59	18,54	0,83	19,37
1991	14,24	3,51	17,75	0,36	18,11
1992	17,84	2,18	20,02	-1,60	18,42
1993	16,65	2,45	19,10	0,18	19,28
1994	16,15	4,30	20,45	0,30	20,75
1995	19,71	-1,65	18,06	2,48	20,54
1996	17,11	-1,26	15,85	3,27	19,12

Fontes: IBGE, Banco Central, Ministério da Fazenda e IPEA. Elaboração Coordenação Geral de Finanças Pública/IPEA

**Observações:** (1) Medidas a preços correntes (2) Inclui empresas estatais federais, estaduais e municipais e exclui variações de estoques ou poupança das administrações públicas federais, estaduais e municipais, conforme classificação das Contas Nacionais do IBGE; medida como a diferença entre investimento público e déficit operacional destas esferas; a média anual da poupança pública na década de 70 não é estritamente comparável à dos anos seguintes.

Fonte: Jornal OESP, 12/07/98

---

**CAPÍTULO III**  
**A CRISE DO MODELO**  
**NEOLIBERAL NO GOVERNO**  
**FHC - 1995-2002**

DELFIN NETO\*

Sobre a brutal fragilização das contas externas e a desastrosa venda do patrimônio nacional se ergueu a ilusão da estabilidade.

Para que se tenha a compreensão mais precisa possível da atual crise econômica-financeira da economia brasileira é preciso que se analise a sua evolução durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso.

O Plano Real, lançado em 1994, obteve uma vitória extraordinária em matéria de combate à inflação. Como programa de estabilização ele é, certamente, uma das obras mais inteligentes imaginadas por nossos economistas, que construíram uma moeda que se auto-corrigia e que foram capazes de mimetizar uma hiperinflação, sem que o Brasil tivesse a necessidade de sofrer as suas trágicas conseqüências. Junto a isso fizeram um congelamento da distribuição de renda tão bem-feito que até hoje as pessoas não sabem que seus salários foram congelados.

É inegável que o Plano Real conseguiu um substancial avanço na estabilização monetária, reduzindo a atual inflação brasileira aos níveis dos seus parceiros internacionais mais próximos. A primeira *tabela nº1* mostra que ela baixou de 723% no período 1983-1992 para 7,7% no ano passado. No último triênio, nossa inflação esteve muito próxima das taxas dos países em desenvolvimento.

Esse resultado foi conseguido apoiando-se no câmbio supervalorizado, usando uma elevadíssima taxa de juros, que reduziu o crescimento e aumentou o desemprego. Houve uma grande redução no ritmo de crescimento da economia, que em 2001 e 2002 não chegou a superar sequer o crescimento demográfico.

Depois de uma redução substancial, a taxa brasileira de inflação estabilizou-se.

Tabela nº1

	TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL - EM %			
	1983-92	1999	20002	2001
Desenvolvidos	4,5	0,9	1,4	1,7
Em desenvolvimento	46,4	6,8	5,9	6,0
Brasil	723,1	8,9	6,0	7,7

Fontes: FMI, IBGE Elaboração: Idéais Consultoria

Tabela nº1A

	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB - EM %			
	1983-92	1999	20002	2001
Mundo	3,5	3,6	4,7	1,3
Desenvolvidos	3,3	3,3	3,9	1,1
Em desenvolvimento	4,7	3,9	5,8	2,1
Brasil	2,1	0,8	4,5	1,5
Fontes: FMI, IBGE		Elaboração: Idéais Consultoria		

O brilho desse resultado é relativizado quando comparado com o que aconteceu no resto do mundo. Tanto nas economias avançadas como nos países em desenvolvimento, a inflação se reduziu significativamente.

O dramático é que a estabilização foi alcançada com uma brutal fragilização das contas externas, em decorrência da política cambial. Nos cinco anos que precederam o Plano Real, o saldo comercial médio foi superior a US\$ 12 bilhões. Estávamos em equilíbrio nas contas correntes com um déficit de US\$ 300 milhões. O déficit em transações correntes, como se sabe, é tudo aquilo que se traz do exterior e que não é produzido internamente.

Houve um crescimento substancial do PIB em 1993 e 1994, em torno de 5,5% anuais, como pode ser verificado no quadro na página 37, o que sugere que a taxa de câmbio real estava em equilíbrio.

De 1995 a 2001 houve uma inversão de US\$ 14 bilhões na balança comercial. O déficit médio anual nesses oito anos é superior a US\$ 2 bilhões. Já o déficit em transações correntes passou para a média anual de US\$ 24,8 bilhões, acumulando no período a espantosa dívida de US\$ 200 bilhões.

Some-se a isso a desastrosa alienação do patrimônio nacional, representado pelas estatais, que foram vendidas sem o cuidado adequado. No setor privado, igualmente, um grande número de empresas passou para o controle de estrangeiros. Todo o déficit em contas correntes foi simplesmente consumido, pois não se registrou crescimento significativo do investimento nacional no período.

A *tabela nº 2* ilustra mais claramente o impressionante rombo aberto nas contas externas brasileiras para ajudar a sustentar a estabilidade monetária.

## Duas políticas econômicas

É importante registrar a diferença de política econômica nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique. No primeiro, o

Tabela nº2

BALANÇA COMERCIAL, TRANSAÇÕES CORRENTES & PIB			
	SALDO EM US\$ BILHÕES		CRESCIMENTO DO PIB
	Comercial	Transações correntes	(%)
1990	10,8	-3,8	-4,3
1991	10,5	-1,4	1,0
1992	15,5	6,2	-0,5
1993	13,0	-0,6	4,9
1994	10,5	-1,7	5,9
<b>Média</b>	12,1	-0,3	1,4
<b>Soma</b>	60,3	-1,3	-
BALANÇA COMERCIAL, TRANSAÇÕES CORRENTES & PIB			
	SALDO EM US\$ BILHÕES		CRESCIMENTO DO PIB
	Comercial	Transações correntes	(%)
1995	-3,3	-18,0	4,2
1996	-5,5	-23,5	2,7
1997	-8,3	-30,8	3,3
1998	-6,4	-33,4	-0,1
1999	-1,2	-25,0	1,5
2000	-0,7	24,6	4,4
2001	2,6	-25,0	1,5
2002*	6,0	-18,0	1,5
<b>Média</b>	-2,1	-24,8	2,3
<b>Soma</b>	-16,7	-198,7	-
Fontes: FMI, IBGE		Elaboração: Idéais Consultoria	

governo esbanjou recursos, provocando um substancial déficit fiscal, além de acumular US\$ 100 bilhões de déficit em contas correntes. Em setembro de 1998, o Brasil estava quebrado. Houve um acordo com o FMI, pois o presidente Clinton se interessou pelo Brasil. Ele pressionou os governos inglês, alemão e japonês e o Brasil conseguiu um pacote de US\$ 41 bilhões, pouco antes do processo eleitoral, cujos resultados certamente seriam diferentes sem a ajuda. Assim mesmo as

reservas se esgotaram em poucas semanas e, 15 dias depois da segunda posse, o mercado impôs a desvalorização do real, provocando a mudança do sistema cambial.

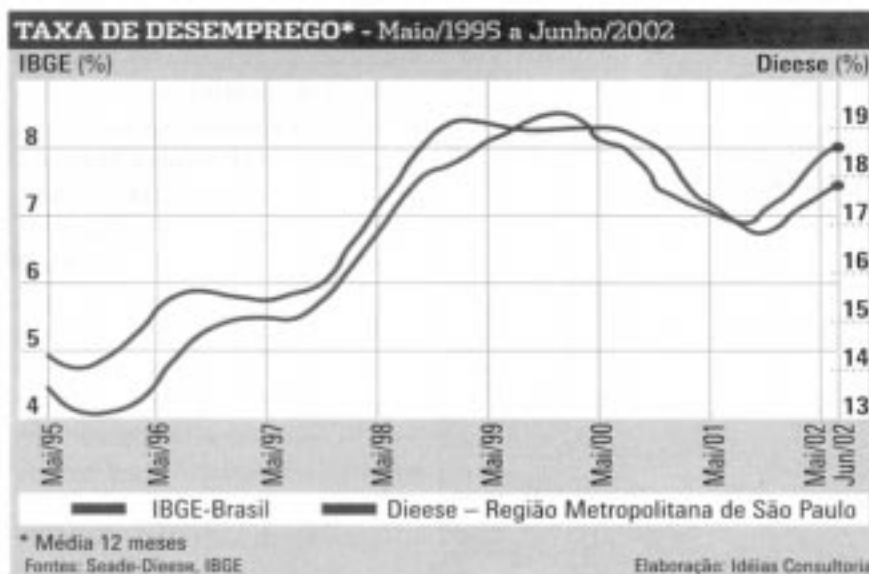
O FMI exigiu o controle fiscal, que não existia, e foi aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal, que recebeu alguns aperfeiçoamentos importantes no Congresso. Concordeu, também, com o sistema de metas inflacionárias e câmbio flutuante.

## Desemprego

Outro grave problema gerado nesse período foi o substancial aumento do desemprego. Tomando-se tanto os dados do IBGE como os do Dieese pode-se constatar, pelo Gráfico do desemprego, que refletem exatamente o mesmo problema, ainda que suas metodologias sejam diferentes.

Só na Grande São Paulo são mais de 1,7 milhão de chefes de família desempregados. Isso provoca uma profunda desagregação nas famílias, pois eles perdem o respeito dos seus dependentes, todos afetados por problemas até psicológicos. (*vide tabela nº3*)

DA TABELA



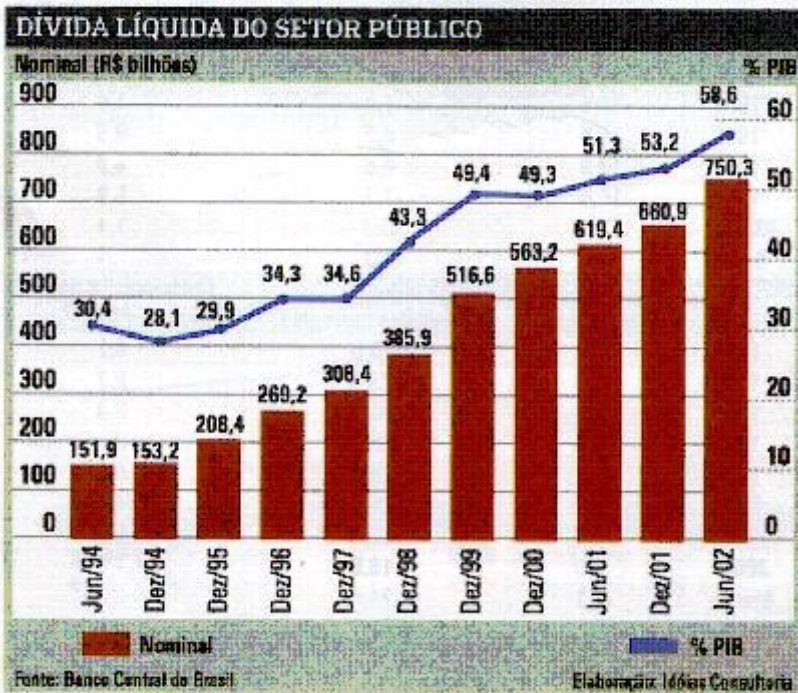
como pode  
es antes do  
)% do PIB.

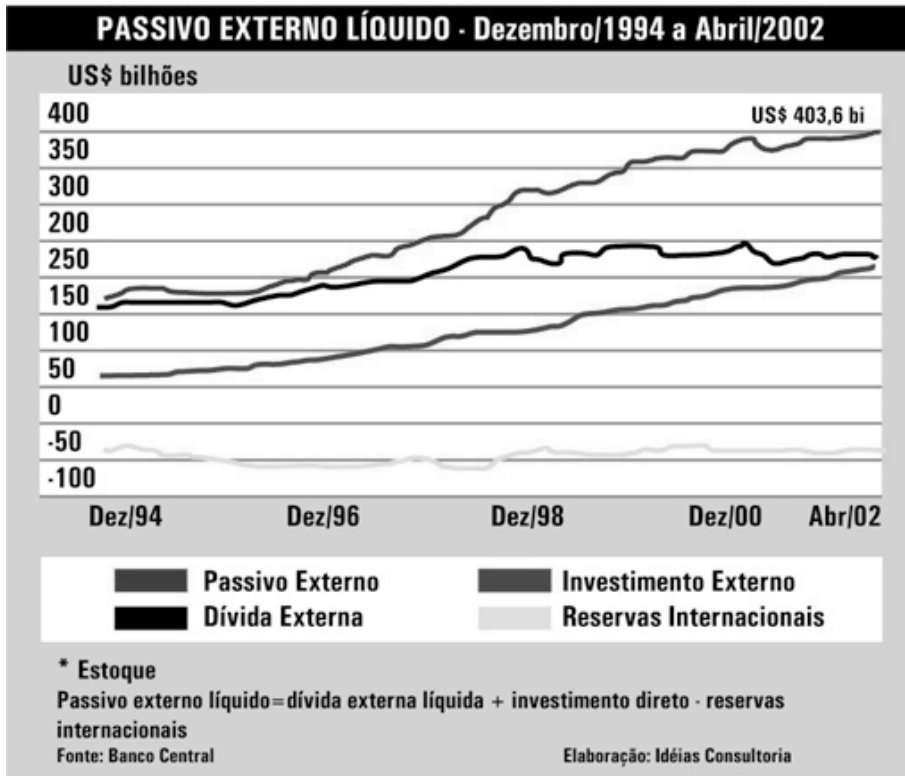
Hoje já supera R\$ 750 bilhões e continua crescendo assustadoramente, estando próximo de 60% do PIB. (*vide Tabela nº4*)

Para servir esta dívida o governo gasta mais de R\$ 100 bilhões de juros por ano. Ao mesmo tempo registra-se um substancial crescimento do passivo externo brasileiro, que representa tudo aquilo que os não residentes têm como propriedade no Brasil: adquiridas nas privatizações, na compra de empresas privadas, ações e aplicações na Bolsa. Representam US\$ 400 bilhões. (*vide tabela nº 5*)

A dívida externa atingiu uma cifra superior a US\$ 220 bilhões, e encontra-se estabilizada nesse nível, mas os investimentos diretos vêm crescendo. Estes também precisam ser remunerados, com lucros e dividendos. O serviço do passivo externo exige remessas anuais superiores a US\$ 30 bilhões, que, se somadas aos cerca de US\$ 20 bilhões de outros compromissos externos, representam a necessidade de recursos superiores a US\$ 50 bilhões anuais, ou seja, de US\$ 1 bilhão por semana.

*Tabela nº4*





### Indexadores da Dívida Pública

O dramático é que o grosso da dívida pública brasileira está comprometido com juros que dependem do câmbio e da Selic (taxa básica de juros fixadas pelo banco central, e que normatiza a taxa que o governo paga aos bancos) e que se encontram em níveis astronômicos.

Recentemente, o discurso do governo procura atribuir o crescimento da dívida pública à incorporação de “esqueletos” que foram tirados dos “armários”. Os números mostram que os juros acumulados explicam a maior parcela do crescimento da dívida pública nos últimos anos. Nem as privatizações, que praticamente já se esgotaram, foram capazes de neutralizar esse crescimento. O brutal esforço do superávit primário, dos governos federal, estaduais e municipais, não foi suficiente diante da magnitude dos juros pagas.

### Comparação Internacional

Os resultados de uma política econômica só podem ser melhor avaliados quando se possui algumas “testemunhas” com as quais podem

ser comparados. Nossos vizinhos latino-americanos, Chile e México, que também passaram por planos de estabilização monetária, são “testemunhas” razoavelmente adequadas. O Quadro anexo entre os três países, fornece as comparações de 15 itens, aqueles que são mais utilizados pelas agências de avaliação dos riscos, dos investimentos nos países.

Estes dados mostram que os resultados alcançados no Brasil foram inferiores aos obtidos por Chile e México. O crescimento econômico foi mais modesto, a taxa de juro continua sensivelmente mais alta, as contas correntes mais deficitárias, os dispêndios em juros mais elevados, exigindo um superávit primário maior. A dívida pública é mais alta e é pior a relação exportação/serviço da dívida. Nossas exportações continuam crescendo muito lentamente, a taxas menores que os demais. Tudo isso resulta em spreads maiores para o Brasil, comparados com as “testemunhas”.

Não há, portanto, uma “conspiração internacional” contra o Brasil, nem das agências de rating. Infelizmente, os dados objetivos indicam a extrema vulnerabilidade externa da economia brasileira.

Com o atual cenário internacional houve uma piora do risco em todos os países, mas o do Brasil apresentou uma deterioração mais sensível, como pode ser observado na *tabela nº 6* na qual, para efeito de comparação, usamos os números da Bear Stearns. Numa larga medida é isso que explica os nossos problemas atuais. Há dificuldades em todo o mundo, mas no Brasil elas repercutem mais fortemente devido à fragilidade construída pela política econômica dos últimos anos.

### Investimentos Sociais

Os discursos recentes do governo alegam que a estabilidade monetária não permitiu uma melhor performance econômica, porque aumentou os investimentos de caráter social. O indicador mais amplo que se dispõe para esses aspectos é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Segundo os dados recentemente divulgados pela ONU, constata-se que muitos países melhoram ligeiramente, e a posição do Brasil entre eles continua na modesta 73ª posição. Se comparada com a tendência passada, nota-se que não houve nenhum ponto de inflexão, o que indicaria um sensível aperfeiçoamento. O “progresso” dos oito anos de Fernando Henrique foi igual ao dos anos anteriores...

Tabela nº 6

POSIÇÃO DOS PAÍSES EM MEADOS DE 2002			
	Brasil	Chile	México
1. Taxa de crescimento do PIB nos últimos 5 anos (%)	1,5	3,2	4,4
2. Taxa de inflação (%)	5,5	2,9	4,3
3. Taxa de juro - curto prazo (%)	18,0	5,5	8,0
4. Taxa de juro real (%)	11,8	2,5	3,5
5. Déficit em contas correntes (% PIB)	3,7	1,8	2,5
6. jurois da dívida (%PIB)	9,1	0,4	3,2
7. Superávit primário (%PIB)	3,8	-0,4	2,5
8. Déficit nominal (%PIB)	5,3	0,8	0,7
9. Dívida pública - total bruta (%PIB)	72,0	32,7	39,6
10. Serviço - dívida externa (curto prazo)/exp.(%)	62,7	17,0	23,7
11. Dívida externa total (US\$bi)	213,9	38,5	164,7
12. Exportação (US\$ bi)	61,7	16,1	171,2
13. Taxa de crescimento das exportações 1994/01(%)	5,6	7,6	12,5
14. Dívida externa/exportação	3,5	2,4	1,0
15. Exportação (%PIB)	12,6	24,4	26,3
16. Spreads médios (pontos) em 29/7/02 (Bear Stearns)	1.787	254	340

Fontes: Goldman Sachs, Bear, Stearns

Elaboração: Idéais Consultoria

## Conclusão

Os dados aqui reunidos sugerem que o custo da brilhante estabilização monetária brasileira acaba sendo dos mais altos, aumentando a vulnerabilidade externa, deixando como herança pesadas restrições para o futuro desenvolvimento econômico.

A extrema fragilidade externa a que foi conduzida a economia brasileira gera um quadro dramático na atual conjuntura internacional, quando se processa uma significativa fuga dos investidores para a segurança de seu capital.

Pela primeira vez na história econômica brasileira recente registra-se um corte sensível das linhas de crédito de curto prazo que sustentavam o nosso comércio internacional. Isto não aconteceu nem mesmo durante a crise financeira que se seguiu à do petróleo, nas décadas de 70/80, ou durante a decretação da moratória internacional do Brasil, no final dos anos 80.

Essa retração do sistema financeiro internacional deve-se, em grande parte, aos acontecimentos na Argentina, onde até as linhas comerciais deixaram de ser honradas.

O atual nível de renovação das operações brasileiras que estão vencendo no exterior não chega a 30%. Isso leva à projeção de uma necessidade adicional de recursos, ainda neste ano de 2002, entre US\$ 10 bilhões e US\$ 20 bilhões, num período em que se registra uma iliquidez para as economias emergentes. O mercado tem conhecimento dessa situação, gerando movimentos que pressionam a taxa de câmbio, e que não trazem nenhuma solução para o problema, que é de absoluta falta de divisas. A alta do câmbio não produz o equilíbrio. Antes, aumenta os problemas.

Diante da iliquidez externa, tende a ocorrer uma maior contração do crédito internamente, com os bancos reduzindo ainda mais suas operações com as empresas privadas. O sistema bancário, cujos empréstimos ao setor privado giravam em torno de 70% do PIB no passado, já tinha reduzido a algo como 30%, encontrando-se extremamente concentrado em poucos bancos.

Com a desnacionalização de parte dos bancos, os estrangeiros dão nítida preferência às empresas da mesma origem nacional ou multinacionais, relegando seus clientes locais a um segundo plano. Assim, as pequenas e médias empresas brasileiras tendem a sofrer maiores restrições.

Algumas declarações infelizes de autoridades brasileiras têm exacerbado o nervosismo do mercado, pouco tendo a ver com as eleições em si. O fato concreto é que, qualquer que seja o candidato que venha a vencer as eleições, o espaço possível para as suas manobras será mínimo. E os pronunciamentos dos diversos candidatos, até agora, procuram somente ajustar-se às aspirações captadas pelas pesquisas qualitativas de opinião dos marqueteiros.

*A delicadeza da situação recomenda a urgência da necessidade de um socorro do FMI, mas as negociações de um novo acordo não são fáceis. Poderão ser demoradas, implicando novas e*

*mais drásticas condicionalidades, que limitam ainda mais, no curto prazo, as perspectivas de crescimento da economia.*

A competitividade da empresa brasileira, sujeita à maior carga tributária conhecida entre as economias emergentes; às mais altas taxas de juros reais do mundo; com carência total de crédito; submetida às ineficiências dos serviços públicos e à acentuada instabilidade cambial, fica ainda mais comprometida diante de outros concorrentes estrangeiros. Apesar disso, existem autoridades que consideram os empresários brasileiros incompetentes... Mas esses são os únicos que podem ampliar as exportações ou promover as substituições de importações, iniciando a caminhada para alcançar, as condições que podem gerar um círculo virtuoso de solução dos variados problemas da economia brasileira.



**CAPÍTULO IV**  
**AGRESSÕES MILITARES DO**  
**GOVERNO DOS ESTADOS**  
**UNIDOS CONTRA OS POVOS DA**  
**AMÉRICA LATINA**  
**1822-2000**

1822 - (somente doze anos depois de iniciado o movimento revolucionário independentista no México, Caracas e Buenos Aires) que o governo norte-americano se pronunciou pelo reconhecimento de independência desses países. Até então, tanto o presidente Madison como o presidente Monroe haviam se negado a receber seus representantes e, inclusive, haviam demonstrado uma parcialidade muito pouco “americanista” em favor da Espanha.

1826 - Estados Unidos pressionaram para que o Congresso do Panamá, convocado por Simón Bolívar, não adotasse nenhuma decisão sobre estender a guerra de independência a Cuba e Porto Rico (territórios que os Estados Unidos desejava para si) e para que nossa América não se organizasse como Estado Nacional, o que teria afetado seriamente seus interesses imperialistas.

1831 – O navio de guerra norte-americano “Lexington” chegou às Ilhas Malvinas sob bandeira francesa, tomando de surpresa a guarnição militar e ocupando as ilhas.

1845 – O Congresso norte-americano aprovou a anexação a esse país do território do Texas, subtraído ao México por meio da traição e da força.

1848 - Estados Unidos se apoderaram dos territórios de Novo México e Califórnia, através do “tratado de Guadalupe-Hidalgo” imposto à força ao povo mexicano.

1855/60, 1909, 1912 y 1926 - Estados Unidos invadiram a Nicarágua, assassinaram Benjamín Zeledón e ordenaram o assassinato de Augusto Sandino, deixando a dinastia dos Somoza como os capatazes da sua dominação. Dessa Nicarágua submetida, partiram as tropas mercenárias que invadiram a Guatemala (1954) e Cuba (1961).

1898 - Estados Unidos se introduziram em Cuba com o pretexto de ajudar na luta dos cubanos contra os colonialistas espanhóis (que na realidade já estavam praticamente derrotados) e, quando o invasor europeu foi finalmente derrotado, os ianques negaram-se a se retirar e se impuseram como novos amos, estabeleceram o poder do “império” e se apoderaram da baía de Guantánamo, onde permanecem até hoje. Dessa base estrangeira instalada em território cubano saíram as tropas que, em 1965, invadiram a República Dominicana.

1898 - Estados Unidos e Espanha, sem nenhuma legitimidade fizeram um pacto, à revelia do povo, para a cessão da ilha de Porto Rico aos norte-americanos, sobre a qual ainda hoje pesa a ocupação colonial.

**Dezembro de 1978** - o “Comitê de descolonização da Organização das Nações Unidas” aprovou uma resolução da assembléia geral e definiu Porto Rico como “colônia”, exigindo a autodeterminação do povo porto-riquenho nesta ilha. Posteriormente, em 1983, os chefes de Estado e de governos do Movimento dos Países Não-Alinhados, reiteraram seu apoio ao “inalienável direito do povo de Porto Rico a autodeterminação e à independência”.

**1903** - Estados Unidos atacaram a região centro-americana onde estimularam e apoiaram com suas tropas uma revolução separatista no departamento colombiano de Panamá e, em troca de seu reconhecimento político e de seu apoio militar aos insurgentes, exigiram e obtiveram a concessão de uma faixa de terra para construir um canal intra-oceânico que necessitavam para seus interesses imperialistas.

**1915** - Estados Unidos invadiram o Haiti, onde uma força de marinheiros norte-americanos, como ladrões comuns, desembarcou em Porto Príncipe, dirigiu-se à caixa forte do Banco Nacional do Haiti e, em plena luz do dia, usando a força, se apoderaram do dinheiro existente nas mesmas, (500.000 dólares) que foi levado a bordo de um navio norte-americano aos Estados Unidos e depositado nos caixas do “City Bank”. As tropas invasoras ocuparam o Haiti até 1934. Quando se retiraram deixaram a situação “em ordem” segundo os interesses do “império”, e o caminho livre para a instauração da tirania da família Duvallier: Francisco (1957-1971) e seu filho Juan Claudio até 1986.

**1916** - Invasão da República Dominicana, onde o chefe das tropas estrangeiras, “sob autoridade e ordens do governo dos Estados Unidos” declarou a si mesmo “supremo legislador, supremo juiz e supremo executor”. Nada ficou de pé. A ocupação gringa durou até 1924, e quando se retiraram, deixaram como capataz de seus interesses o tirano Leonidas Trujillo, mais conhecido como “o chacal do Caribe”, que se manteve no governo durante 31 anos. Numa ocasião, diante do massacre de umas dez mil pessoas nas mãos da tirania, o então presidente norte-americano, Franklin D. Roosevelt, disse: “Eu sei que é um filho da puta, mas é nosso filho da puta.” Posteriormente, quando Trujillo se transformou em um estorvo, a C.I.A. (Agência Central de Inteligência norte-americana) mandou matá-lo.

**1946** - Estados Unidos organizaram a derrubada, linchamento e assassinato do presidente da Bolívia, Gualberto Villarroel, e com isso voltou a colocar o poder em mãos do regime.

1954 - Estados Unidos organizaram uma invasão mercenária à Guatemala, que culminou com a derrubada do presidente Jacobo Arbenz, e voltaram a infligir sua dominação imperialista.

1955 - Estados Unidos colaborou com a Inglaterra na derrubada de Juan Domingo Perón. Depois disso, os capitalistas norte-americanos se apoderaram da indústria na Argentina e desmantelaram-na, em um processo de desnacionalização da economia que levaram adiante durante 45 anos, cujo ponto culminante foi executado pelo governo títere de Carlos Menem, na década de 90.

1961 - Estados Unidos organizaram um bando de mercenários que, armados, apetrechados, financiados e transportados por aquele país, invadiram Cuba por Playa Girón.

1964 - Estados Unidos colaborou para o golpe militar no Brasil. Estimulou o golpe e ficou como retaguarda, no caso de reação popular.

1965 - Estados Unidos invadiram novamente a República Dominicana, com o objetivo de esmagar o levante revolucionário protagonizado pelo povo e que estava a ponto de tomar o poder. Nessa oportunidade, os ianques usaram uma força de 45 mil homens, com tropas de ar, mar e terra, e ao se retirarem deixaram como títere a serviço de seus interesses Joaquim Balaguer, que se manteve como chefe de governo até 1996. Isso significa que com apenas duas invasões e alguns “retoques” foram suficientes para que Estados Unidos distorcer o destino do povo na República Dominicana durante quase um século.

1973 - Estados Unidos organizaram e dirigiram a derrubada do presidente chileno Salvador Allende, e deixou instalada no poder a ditadura do general Augusto Pinochet.

1975 - Estados Unidos promoveram a derrubada a través de um golpe institucional do presidente do Peru, Juan Velasco Alvarado, e voltou a colocar a economia em mãos do Fundo Monetário Internacional, submergindo o país em verdadeiro caos.

1981 - Estados Unidos executaram o assassinato do general Omar Torrijos. Com sua morte, conseguiu descabeçar o Movimento Nacional no Panamá e retomar o controle daquele país.

1982 - Estados Unidos ajudaram pela segunda vez na história a que a Inglaterra arrebatasse as ilhas Malvinas. A base norte-americana da Ilha Ascensão, os satélites ianques no espaço, armas, combustíveis,

mísseis e até o serviço diplomático do império, tudo foi posto por eles a serviço da agressão colonialista inglesa.

**1983** - Estados Unidos invadiram a pequena ilha de Granada, cujo governo havia aceito receber ajuda humanitária de médicos, professores e engenheiros de Cuba. Derrubaram o governo e impuseram um “governador” designado pela rainha da Inglaterra, Elisabeth II. A nova autoridade colonial foi o “cavaleiro real” Pablo Scoon, membro da corte da Inglaterra. A assembléia Geral da Organização das Nações Unidas condenou a invasão, frente à qual a resposta que deu o presidente dos Estados Unidos deixou absolutamente claro o que pensam os ianques do direito internacional: “Isso não me fez perder o apetite”, disse Reagan.

- Ao longo de dez anos (durante toda a década de 1980) Estados Unidos atacaram a Nicarágua mediante uma agressão encoberta, que teve como objetivo derrotar militarmente a Revolução Sandinista. E, se não fosse possível, impedir a consolidação do processo revolucionário sabotando o desenvolvimento econômico do país. Durante todos esses anos os ex-guardas somozistas foram financiados e armados pelos Estados Unidos, que os chamava de “lutadores pela liberdade e usou os seus serviços para invadir o território, assassinar camponeses, destruir povoados e colheitas etc.
- Durante toda a década de 1980, Estados Unidos agrediram El Salvador, financiando o permanente fornecimento de armas ao Exército local para conter o avanço da revolucionária “Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional” (F.M.L.N.). Dessa maneira, sustentaram de fora, um regime que se não fosse por sua ajuda, jamais teria subsistido.

**1989** - Estados Unidos invadiram Panamá e assassinaram milhares de civis e militares panamenhos.

**1995** - Estados Unidos invadiram novamente o Haiti, desta vez com o objetivo de limpar sua imagem internacional tentando se apresentar como suposta “potência patrocinadora de governos democráticos”.

- A partir de 1999 passou a financiar a guerra contra Colômbia. Estados Unidos fornece treinamento, armamento, e gasta bilhões de dólares por ano com assistência ao governo colombiano. Tudo isso com a desculpa do narcotráfico. Se o problema fosse o narco bastaria

investigar as contas bancárias nos grandes bancos norte-americanos ou fechar as fábricas norte-americanas de acetona, principal produto de transformação da folha de coca em cocaína..

- A partir da década de 1990 até agora os Estados Unidos instalaram, nada menos do que 21 novas instalações militares, em forma de bases fixas, temporárias ou transferência de tropas. Olhando o mapa se pode ver sua presença no Paraguai, Argentina, Bolívia, Equador, Colômbia. Reativou as bases de Aruba e em Curaçao para cuidar da Venezuela. Intensificou os treinamentos na ilha porto-riquenha de Vieques. Assinou um acordo com o governo de FHC, no Brasil, para utilizar a base aérea de Alcântara.

- *A dúvida que todos nós, latino-americanos, temos é:*

Quando o governo dos Estados Unidos passará a utilizar as armas para impor sua vontade na implantação da ALCA e no controle da Amazônia, que faz parte de sete países latino-americanos e que representa a maior reserva natural de biodiversidade e minerais, assim como um quarto da água doce do planeta?